

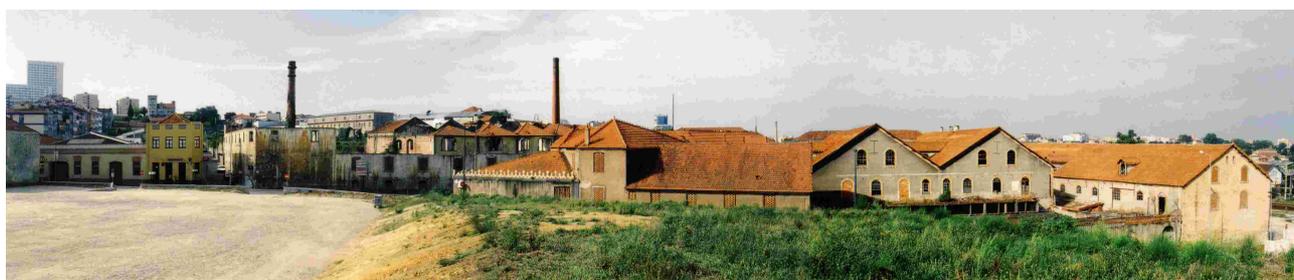
A Fábrica das Devesas e o Património Industrial Cerâmico de Vila Nova de Gaia

Ana Margarida Portela Domingues
CEPESE – Universidade do Porto

José Francisco Ferreira Queiroz
Escola Superior Artística do Porto / CEPESE – Universidade do Porto

Resumo: A Fábrica de Cerâmica das Devesas constitui o mais importante Património Industrial de Vila Nova de Gaia, o que não impede de correr sérios riscos de obliteração. Neste artigo resumimos a história do complexo fabril das Devesas, demonstramos a sua relevância nacional e internacional e relatamos de forma crítica o seu atribulado processo de classificação. Por último, apontamos o seu potencial de conservação, em articulação com o centro histórico de Vila Nova de Gaia e com outras estruturas semelhantes que ainda aqui subsistem.

Palavras chave: Fábrica de Cerâmica das Devesas; Património Industrial; Artes Industriais; Fundação; Século XIX; Conservação Integrada; Centro Histórico de Vila Nova de Gaia.



Panorâmica do complexo fabril das Devesas (2003)

Introdução

Desde 1995 que a Fábrica de Cerâmica das Devesas é um dos temas que mais tem captado a nossa atenção como investigadores, em todas as suas múltiplas vertentes, dado que não foi somente uma fábrica de artefactos cerâmicos e constituiu mesmo o paradigma oitocentista português da fusão entre a arte e a indústria.

Estes vários anos de investigação materializaram-se já em diversos trabalhos, estando previstos outros, que não esgotarão sequer a questão. De qualquer modo, a pesquisa carreada é mais do que suficiente para sustentar de forma inequívoca a enorme importância nacional, e até internacional, do complexo fabril das Devesas, moldado pela visão e astúcia de António Almeida

da Costa, o qual imprimiu à sua concentração de artes industriais uma dinâmica que ultrapassou a mera contribuição capitalista, devido à formação artística que precedeu a sua actividade industrial.

Entretanto, a despeito de vários alertas públicos, de inúmeras notícias nos meios de comunicação social e de um processo de classificação com perto de um quarto de século, ainda pendente no IGESPAR, este património industrial tem-se degradado a um ponto que coloca em risco a sua salvaguarda e recuperação integrada. Em simultâneo, outros notáveis exemplos do Património Industrial Cerâmico de Vila Nova de Gaia – indubitavelmente o sítio do país onde subsistem as melhores estruturas deste género de indústria,

que tanto tem de identitário para o país – vêm sofrendo o mesmo grau de abandono, apesar do seu elevadíssimo potencial museológico e turístico, destacando-se a Fábrica de Santo António do Vale da Piedade e a Fábrica do Senhor de Além, por factores que adiante mencionaremos.

Com este artigo, que resume, actualiza e, em certos pontos, amplia diversos trabalhos anteriormente publicados, pretendemos uma vez mais evidenciar a elevadíssima importância histórica e artística do complexo fabril das Devesas e do *cluster* de Património Industrial Cerâmico de Vila Nova de Gaia, colocando a nu os equívocos e a negligência com que tem sido conduzido o seu processo de classificação patrimonial¹.

Breve nota histórica sobre o complexo industrial das Devesas

A história da Fábrica de Cerâmica das Devesas e das suas oficinas anexas confunde-se com a biografia de António Almeida da Costa, tema que se encontra já estudado de um modo razoavelmente aprofundado até finais do século XIX².

Tal como outros canteiros de mármore instalados no Porto no fim da década de 1850 e no início da década de 1860, António Almeida da Costa tinha as suas raízes na região de Lisboa, nomeadamente em S. Vicente de Alcabideche, concelho de Cascais. Neste concelho, polvilhado de boas pedreiras de lioz em exploração, com facilidade se podia enveredar pelo ofício de canteiro, como sucedera com o pai de António Almeida da Costa – José da Costa – que ingressara na obra do Palácio Nacional da Ajuda (Lisboa). António Almeida da Costa era ainda afillhado e sobrinho de canteiros, sendo que três dos seus irmãos – Francisco, José e Joaquim – seguiram o mesmo ofício. Por outro lado, em S. Domingos de Rana, freguesia vizinha de Alcabideche, emergiram duas das maiores e mais importantes famílias de canteiros oitocentistas da região de Lisboa: os Sales e os Moreira Rato. Embora estes últimos também tenham ficado ligados à indústria do cimento e, indirectamente, à dos materiais cerâmicos para construção, foi sem dúvida António Almeida da Costa o canteiro de Cascais que mais ganhou preponderância noutras áreas artísticas e industriais que não as cantarias.

A juventude de António Almeida da Costa e a sua formação na Escola Industrial do Porto

Para a época anterior à vinda de António Almeida da Costa para o Porto, a sua biografia é ainda obscura. Contudo, pelo que conhecemos da sua obra posterior e pelos dados acima referidos, terá certamente adquirido a sua formação inicial de canteiro na região de Lisboa. Mais tarde, integrou a oficina portuense de Emídio Carlos Amatucci, o que terá feito no início da década de 1850.

Supomos que António Almeida da Costa terá vindo para o Porto à procura de melhores oportunidades na sua arte, já que a burguesia endinheirada da cidade cada vez mais recorria ao lioz – material pétreo em moda na capital lisboeta – para nobilitar os seus monumentos fúnebres e destacá-los, em cosmopolitismo, das construções tumulares graníticas executadas por mestres pedreiros do Porto. Note-se que, no ano lectivo de 1854-1855, apenas seis canteiros estavam inscritos na Escola Industrial do Porto, enquanto que, no mesmo ano lectivo, frequentavam o Instituto Industrial de Lisboa treze canteiros. Em Lisboa existiam mais oficinas de cantaria, dada a maior procura nessa área. Face a esta maior oferta de canteiros em Lisboa, António Almeida da Costa também poderá ter decidido instalar-se num local onde o mercado dos mármore estava ainda por explorar devidamente.

Se António Almeida da Costa chegou da região de Lisboa já minimamente habilitado como canteiro, estamos certos que veio ainda aprender bastante com Emídio Amatucci, dada a habilidade artística deste. Porém, a influência do exímio escultor-ornatista Amatucci sobre António Almeida da Costa não se limitou ao contacto oficial. Em 24 de Outubro de 1854, naquele que foi o primeiro ano lectivo da Escola Industrial do Porto, António Almeida da Costa, contando 21 anos, matriculou-se em Geometria e Ornato. Foi o único canteiro, nesse ano, a fazer exame e a obter aprovação na cadeira de Ornato. Ora, a maior parte dos alunos que então frequentava a Escola Industrial do Porto não podia ser assídua às aulas e não chegava sequer a ir a exame. Muitos alunos matriculavam-se anos seguidos na mesma cadeira sem nunca a concluírem. Para ter concluído a cadeira de ornato

com aprovação logo nesse ano, António Almeida da Costa ou teria talento para a área ou então teve de se esforçar bastante, pois não era fácil estudar de noite e trabalhar de dia com horários de laboração bem mais alargados do que os actuais. Este facto torna-se muito importante porque é um dos primeiros indicadores de como António Almeida da Costa procurou obter, desde logo, as ferramentas necessárias para um futuro êxito profissional.

Assim, António Almeida da Costa terá tido uma tripla formação: a aprendizagem inicial do ofício de canteiro na região de Lisboa, um tirocínio com Emídio Amatucci e uma formação escolar que lhe permitiu o acesso a outro tipo de informação visual e a um maior contacto com outros artistas industriais. Esta tripla formação será visível em toda a sua obra, sobretudo nos seus primeiros anos com oficina própria.

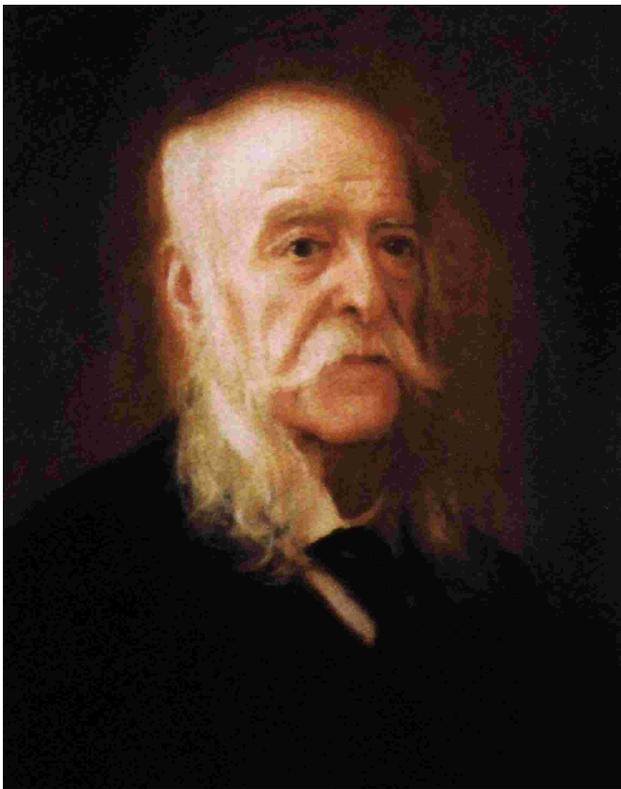


Fig. 1. António Almeida da Costa

A abertura da oficina de mármore

António Almeida da Costa terá permanecido na oficina de Emídio Amatucci cerca de seis ou sete anos. Emídio Amatucci foi até uma das testemunhas do seu casamento com Emília de Jesus

Maria, em 1855. Porém, já casado e com uma formação escolar aplicada concluída, não demorou muito tempo até que António Almeida da Costa se desvinculasse de Emídio Amatucci, para abrir a sua própria oficina, uma vez que o mercado dos mármore estava em franco crescimento no Porto.

Em 1858, António Almeida da Costa anunciava num jornal que acabava de se estabelecer na Rua do Laranjal, n.º 68, onde se prontificava a fazer todo o tipo de obras em mármore e granito com a maior presteza e esmero por preços cómodos e razoáveis. É interessante notar que António Almeida da Costa não pretendia dedicar-se somente aos mármore, mas alargar o leque de oferta para outros tipos de pedra, polivalência que seria típica do seu percurso oficial e que lhe permitiu igualmente o sucesso no negócio.

Primeiramente, António Almeida da Costa terá executado sobretudo obras de monumentos sepulcrais. É possível enquadrar nos primeiros três ou quatro anos de funcionamento da sua oficina alguns mausoléus no Cemitério da Lapa (Porto), no Cemitério do Prado do Repouso (Porto), no Cemitério de Chaves, no Cemitério de Valongo (região do Porto) e no Cemitério de Ovar (região de Aveiro). Algumas obras foram encomendadas por eminentes figuras da sociedade da época ou por prestigiadas instituições do Porto, as quais permitiram a António Almeida da Costa lançar-se como mais um dos protagonistas da cena artística portuense. Exemplos disso são a encomenda, por parte da Santa Casa da Misericórdia do Porto, em 1860-1862, de quatro bustos de importantes benfeitores, assim como a capela do Visconde de Pereira Machado, no Cemitério da Lapa, executada em 1861.

Com base no estudo que levámos a cabo nos últimos anos, conclui-se facilmente que António Almeida da Costa adaptava-se a qualquer tipo de obra e de material, bem como recorria, quer a soluções já utilizadas pela oficina do seu antigo mestre Emídio Amatucci, quer a soluções mais cosmopolitas, procurando sempre um compromisso estético entre ambas. Muito por estas razões, António Almeida da Costa viria a liderar o mercado de monumentos sepulcrais em pedra mármore no Porto, durante a década de 1880. A sua crescente concentração fabril horizontal e o auxílio de José Joaquim Teixeira Lopes na modelação consolidaram cada vez mais a posição de António Almeida

da Costa como o melhor canteiro do Porto nessa época.

Ao contrário do que é sistematicamente sugerido pela bibliografia anterior aos nossos trabalhos, António Almeida da Costa e José Joaquim Teixeira Lopes já colaboravam em diversas obras antes da fundação da Fábrica de Cerâmica das Devesas, sendo disso paradigmático o caso do monumento a D. Pedro V, no Porto. Aliás, António Almeida da Costa foi mesmo um dos principais responsáveis pela saída de José Joaquim Teixeira Lopes do anonimato artístico.

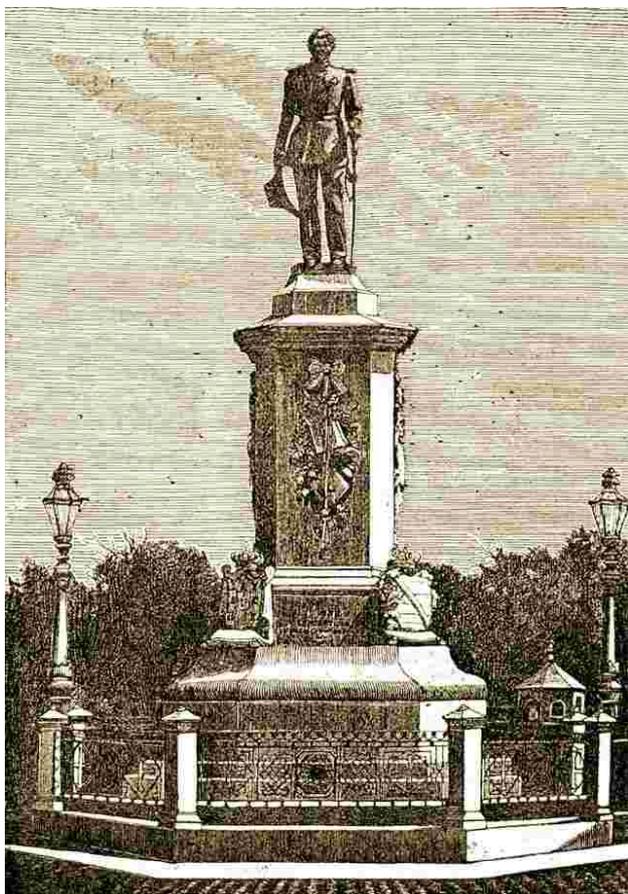


Fig. 2. Monumento a D. Pedro V, no Porto, obra da oficina de mármore de António Almeida da Costa

A fundação da Fábrica de Cerâmica das Devesas

Ainda hoje existem dúvidas quanto à forma como foi fundada esta fábrica de cerâmica. A bibliografia mais antiga existente sobre o assunto não só hipertrofia o papel de António Almeida da Costa como seu mero mentor industrial, como também refere que António Almeida da Costa terá entrado na sociedade *a posteriori*, atribuindo a José

Joaquim Teixeira Lopes toda a responsabilidade artística, assim como o papel de ideólogo inicial da fábrica. Porém, a realidade não terá sido exactamente essa.

Não encontramos qualquer documentação que confirmasse a data oficial de 1865 como a da fundação da fábrica de cerâmica. Encontrámos, sim, referência a algumas das sociedades em que António Almeida da Costa esteve envolvido. Entre Junho de 1864 e Maio de 1866, António Almeida da Costa andou associado a João Bernardo de Almeida com o fim de produzirem e venderem cal. Estavam já instalados em parte do que viria a ser o quarteirão norte da Fábrica de Cerâmica das Devesas. No mesmo dia da dissolução da sociedade, António Almeida da Costa adquire a parte de João Bernardo de Almeida e este último adquire de prazo um terreno ao lado, no mesmo quarteirão norte. Ora, passados dois meses, em finais de Julho de 1866, António Almeida da Costa obtém de prazo mais terrenos no quarteirão norte, sendo que este quarteirão passa a estar todo nas suas mãos, com excepção de uma parcela no centro do mesmo, então na posse de João Bernardo de Almeida.

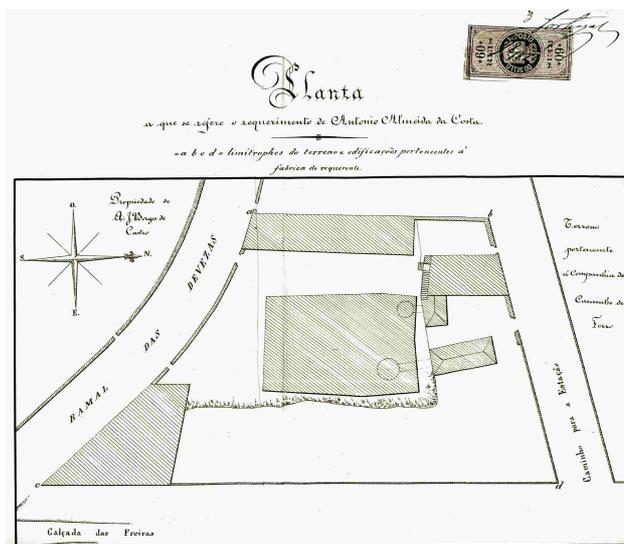


Fig. 3. Planta da Fábrica de Cerâmica das Devesas, tal como se encontrava em 1870, vendo-se a marcação de dois fornos circulares

A sociedade seguinte a ser constituída – sob a firma Costa & Breda – tinha por fim a produção e comercialização de materiais de construção, nomeadamente telha. Existiu entre Julho de 1867 e Março de 1870. Durando um pouco menos tempo – de Dezembro de 1867 a Março de 1870 – a

sociedade Costa, Breda & Teixeira Lopes dedicava-se em simultâneo (e no mesmo local) à produção artística, contando com o talento de José Joaquim Teixeira Lopes.

Quatro meses após a dissolução da sociedade entre António Almeida da Costa, Bernardo José da Costa Soares Breda e José Joaquim Teixeira Lopes, em Julho de 1870, António Almeida da Costa legaliza o seu estabelecimento fabril de obras artísticas em cerâmica, situado no quarteirão a norte da Rua Conselheiro Veloso da Cruz (antigo Ramal das Devesas), em Vila Nova de Gaia.

Uma nova sociedade surge em Julho de 1874, entre António Almeida da Costa, José Joaquim Teixeira Lopes e Feliciano Rodrigues da Rocha (conterrâneo de António Almeida da Costa, canteiro e seu antigo colaborador), sociedade esta que se prolonga até Fevereiro de 1880 e à qual competia dirigir, quer o estabelecimento nas Devesas quer a oficina de mármore no Porto. No referido ano de 1880, António Almeida da Costa constituiu-se em sociedade com Feliciano Rodrigues da Rocha, com o fim de dirigir apenas a oficina de mármore. Esta sociedade prolonga-se até 1903.

No mesmo dia da já referida escritura de Julho de 1874, António Almeida da Costa e sua mulher, Emília de Jesus Costa, arrendaram à sociedade os terrenos e a fábrica das Devesas que ficavam do lado norte da actual Rua Conselheiro Veloso da Cruz, assim como um barracão a sul e terrenos contíguos. Ora, apesar de não termos encontrado ainda provas documentais inequívocas, António Almeida da Costa já teria alguns direitos sobre estes terrenos no quarteirão sul desde Abril de 1869, data em que o seu sogro Silvestre de Macedo, do Porto, comprou aí terrenos.

Razões do sucesso do complexo fabril das Devesas

Numa primeira fase, o complexo industrial das Devesas, em Vila Nova de Gaia, foi uma extensão da oficina de cantarias da antiga Rua do Laranjal, no Porto. Por exemplo, as mais aparatosas capelas tumulares construídas na oficina do Porto eram ornadas com esculturas ou vasos em cerâmica saídos da fábrica de Gaia. Ao início, as esculturas ou vasos eram também ocasionalmente executados

em cantaria. Porém, foram depois sendo executadas quase exclusivamente em cerâmica, uma vez que tal processo possibilitava a produção em larga escala.

A partir da criação da secção de fundição no seu complexo fabril de Vila Nova de Gaia, que terá sucedido entre 1881 e 1884, António Almeida da Costa passou a ser o único industrial do Porto com capacidade para construir uma capela sepulcral com guarnições inteiramente produzidas nas suas oficinas. Esta passava a ser uma grande vantagem de António Almeida da Costa relativamente aos seus concorrentes, pois todas as oficinas do seu complexo fabril promoviam-se mutuamente, funcionando como uma concentração horizontal – a primeira e a maior que alguma vez existiu em Portugal em termos de artes industriais.

O esquema de concentração fabril produziu os seus frutos, permitindo a António Almeida da Costa amealhar uma bela fortuna e afirmar o seu empreendimento como um dos mais bem sucedidos da Península Ibérica. Porém, não foi apenas a estratégia de concentração empresarial um dos seus grandes méritos. Destaquemos, entre outros, mais alguns factores: a inteligente associação entre a arte e a indústria, ao gosto das tendências da época; a habilidade empresarial; a boa qualidade do equipamento industrial e o bom aproveitamento do caminho de ferro.

Por outro lado, apesar de contar com mestres de elevada qualidade artística e de excelente capacidade técnica nas suas oficinas – como o ceramista João José da Fonseca – António Almeida da Costa não descurou a formação dos seus empregados em desenho aplicado à indústria. Para isso, montou uma escola de desenho e modelação nas instalações da própria fábrica.

Se, por um lado, havia bons artífices, desenhadores e modeladores na Fábrica de Cerâmica das Devesas, por outro, também os modelos para os produtos eram muito bons e variados, até porque António Almeida da Costa compreendia perfeitamente que só assim a fábrica se poderia distinguir das restantes. Ora, muitos destes modelos foram passados não só à cerâmica, como à pedra ou ao ferro fundido.

Ao longo de toda a sua actividade artística e industrial, António Almeida da Costa procurou adaptar-se sempre ao gosto dos encomendadores,

tornando-se evidente a sua versatilidade. António Almeida da Costa não se eximia de tomar de empreitada construções de qualquer carácter, mesmo em áreas artísticas nas quais não possuía experiência. António Almeida da Costa demonstrou também ser um homem polivalente, dedicando-se a diversas áreas: ao desenho, à modelação e à execução de obras, ainda que nos pareça que a sua intervenção directa na actividade ofical tenha decrescido muito com a ascensão do seu complexo fabril e com as inerentes exigências que isso acarretava em termos de gestão. A sua habilidade e perspicácia empresarial também o levaram a produzir aquilo que o mercado desejava antes que outros o fizessem. Exemplo disso mesmo foi a sua aposta na telha de Marselha, sendo que até a produziu com melhores resultados do que a original. António Almeida da Costa foi-se adaptando facilmente às mudanças de gosto e também soube utilizar muito bem a publicidade, com uma estratégia comercial agressiva mas convincente.

No catálogo de 1910 - o mais conhecido da Fábrica de Cerâmica e de Fundição das Devesas - surgem mencionadas para cima de mil artefactos: bustos, estátuas, grupos, louça sanitária, estuques, materiais de construção, artigos em grés, canalizações, mosaico hidráulico, azulejo, serralharia, fundição e cantarias. Para além de tudo isto, o complexo fabril das Devesas fabricava qualquer tipo de peça nas áreas supramencionadas.

Os catálogos da Fábrica das Devesas serviam como forma de publicitar a sua produção, na linha do que era corrente na época por parte das grandes fábricas de produtos com base artística, como as fundições. Porém, a publicidade também se baseou na presença em exposições nacionais e internacionais, onde a Fábrica de Cerâmica das Devesas obteve várias medalhas e elogios, nomeadamente uma medalha de prata na célebre Exposição Universal de Paris, em 1900.

Em 1899 deu-se início à construção de um magnífico edifício neomourisco que servia de depósito e exposição de produtos no Porto, na actual Rua José Falcão (Figs. 8, 9 e 12). Os edifícios fabris nas Devesas foram também reformados e ornados num gosto semelhante nos inícios do século XX, ostentando numerosas peças cerâmicas saídas da fábrica, que funcionavam como um verdadeiro mostruário ao ar livre. Até as casas do

bairro operário foram completamente revestidas de azulejos na fachada principal, cada casa com um padrão diferente.



Fig. 4. Catálogo da Fábrica de Cerâmica das Devesas, 1910

António Almeida da Costa gizou também um eficaz sistema de escoamento dos produtos, através da instalação da fábrica-mãe e de uma sucursal junto a importantes estações de caminho de ferro: a Estação das Devesas (durante muitos anos a estação terminal que servia a cidade do Porto) e a Estação da Pampilhosa (o entroncamento com a linha da Beira Alta). A obtenção de matérias primas baseou-se, em muito, no transporte ferroviário, já que a sucursal na Pampilhosa do Botão pretendia ser também um local de recolha de barro, que era facilmente transportado para as Devesas.

António Almeida da Costa implementou ainda uma vasta rede de depósitos pelo país, estendendo a sua teia ao Rio de Janeiro e colocando à frente destes depósitos pessoas da sua confiança, como no caso do depósito em Lisboa, entregue ao escultor João Carlos da Fonseca, filho do mestre cerâmico João José da Fonseca.

A qualidade do equipamento industrial da Fábrica das Devesas era igualmente digna de nota,

havendo mesmo algumas máquinas inventadas pelos seus mestres fabris. Os próprios edifícios fabris não eram excessivamente acanhados, ao contrário do que sucedia com quase todas as indústrias da época na região do Porto.

O declínio

Em 1903 terá começado simbolicamente a curva descendente deste império industrial, que foi gradativa nos primeiros anos do século XX: Feliciano Rodrigues da Rocha, sócio comercial de António Almeida da Costa durante mais de duas décadas, retira-se então da sociedade.

Talvez já com a perspectiva da abertura da actual Avenida dos Aliados, a velha oficina de mármore de António Almeida da Costa, situada na Rua do Laranjal, é transferida por volta de 1903-1904 para uma dependência do já referido depósito com fachada neomourisca, na actual Rua José Falcão e então recém-construído, dependência essa com fachada voltada para a Rua da Conceição. Porém, a indústria da cantaria de mármore aplicada aos cemitérios estava a entrar em declínio e o Porto contava então com bastantes oficinas, havendo forte concorrência. A pesquisa que já carreámos permite-nos supor que foram relativamente poucas as obras em mármore que saíram da oficina de António Almeida da Costa, após esta transferência para a Rua da Conceição. António Almeida da Costa já tinha dificuldade em dominar o mercado na área das cantarias, apesar de dominar de forma muito evidente o mercado na área da cerâmica aplicada à arquitectura, pelo que terá naturalmente prestado mais atenção à sua fábrica nas Devesas.

Porém, em 1909, o inseparável colaborador José Joaquim Teixeira Lopes abandona também a sociedade. Estava já velho, assim como Almeida da Costa que então personificava claramente a figura do industrial paternalista, tão comum nesta época. Emergem, assim, dois novos administradores na fábrica das Devesas: Aníbal Mariani Pinto e Eduardo Rodrigues Nunes, os quais já colaboravam na gestão da fábrica há alguns anos. Dada a sua grande dimensão, a empresa fabril das Devesas parecia estar bem sólida e ainda no seu auge: é introduzida a energia eléctrica e são feitas algumas obras de beneficiação. Porém, em termos

de adequação ao gosto artístico vigente, começava a ficar desfasada e, além do mais, a própria utilização da cerâmica na arquitectura começava a ser mais comedida nos projectos eruditos, pelo que só o mercado de classe média, em zonas menos cosmopolitas do país, continuava a adquirir bastantes produtos na Fábrica de Cerâmica das Devesas.

Entretanto, em 1913, dá-se um incêndio parcial na fábrica e, no ano seguinte, Almeida da Costa fica viúvo. A velhice e a tristeza de Almeida da Costa apressou a sua morte, em 1915. O facto da fortuna de António Almeida da Costa não ter sido capitalizada na fábrica (tendo servido sobretudo para obras de beneficência) terá prejudicado a situação económica da sociedade que então administrava o complexo industrial das Devesas. Mas a verdade é que os novos administradores também não demonstraram possuir a capacidade empreendedora de Almeida da Costa e nem sequer poderiam substituir o talento artístico de José Joaquim Teixeira Lopes. Perante uma conjuntura adversa e incapazes de inverter o rápido processo de decadência da fábrica, esta acabaria por fechar pouco tempo depois.

O fecho temporário da Fábrica de Cerâmica das Devesas e a subsequente situação de instabilidade provocaram a saída de bastantes mestres e oficiais de grande capacidade. Tal fenómeno originou um surto de criação de novas pequenas fábricas de cerâmica junto a Vila Nova de Gaia, como a da Madalena, ou a de Valadares, esta ainda hoje existente. Aliás, a importância da Fábrica de Cerâmica das Devesas pode ser aferida também pela quantidade de fábricas dissidentes ou imitadoras do seu modelo. Ainda no século XIX, o dissidente José Pereira Valente fundara uma fábrica junto às Devesas, na qual começou a fabricar estatuária do género da das Devesas, tendo tido algum sucesso, sobretudo a partir do declínio desta última. Vejam-se as várias casas da década de 1910 e 1920 existentes em Espinho, ornadas de numerosas estátuas com a marca de José Pereira Valente. Em 1901-1902, são alguns dissidentes da própria família Teixeira Lopes que fundam uma fábrica concorrente - a Mourão, Teixeira Lopes & C.^a, mais tarde a Fábrica Progresso da Pampilhosa. Esta fábrica foi edificada junto à sucursal da Fábrica de Cerâmica das Devesas na Pampilhosa, o que foi tomado por António Almeida da Costa como

uma afronta. Seguiu-se-lhe, logo em 1903 e mesmo ao lado daquela, a fábrica de Abel Godinho e de Ernesto Navarro³, depois conhecida como Excelsior, a qual foi demolida em 1998, dela restando apenas parte da chaminé.



Fig. 5. Demolição da fábrica de cerâmica Excelsior, na Pampilhosa do Botão, a qual também foi conhecida por fábrica Navarro e terá pertencido ainda à sociedade Lacerda Figueiredo & C.^a - uma das muitas que se inspiraram no modelo da Fábrica de Cerâmica das Devesas, mais concretamente da sua sucursal na Pampilhosa.

Também alguns filhos de Feliciano Rodrigues da Rocha fundaram fábricas de cerâmica próprias, logo após a desvinculação do pai da sociedade com António Almeida da Costa. Uma dessas fábricas terá sido a Empresa Industrial de Ermesinde, situada junto à estação de caminho de ferro, a qual foi talvez o melhor exemplo da imitação do modelo da Fábrica de Cerâmica das Devesas. De facto, desta fábrica em Ermesinde saiu alguma estatuária tão semelhante à da Fábrica de Cerâmica das Devesas que quase só se distinguem dos originais das Devesas através da marca do fabricante. A outra fábrica fundada por um dos filhos de Feliciano Rodrigues da Rocha foi a Fábrica de Cerâmica de Oliveira do Bairro, que voltaremos a referir adiante.

Várias outras fábricas de cerâmica estabelecidas em finais do século XIX ou no início do século XX inspiraram-se no modelo fabril das Devesas, como a Fábrica de Cerâmica do Fojo, em Vila Nova de Gaia, a Fábrica Jerónimo Pereira Campos, em Aveiro, ou a Fábrica Estrela de Alva.

A lenta agonia

Pouco antes de 1920, a Fábrica de Cerâmica das Devesas vivia uma situação instável. Não

faltaram pretendentes à sua reabilitação, uma vez que era enorme o seu potencial em termos de máquinas, edifícios fabris e moldes, ainda que muitos dos moldes estivessem já fora de moda. Contudo, as dívidas eram elevadas e o financiamento necessário para a reestruturação era de difícil obtenção.

O arquitecto Francisco de Oliveira Ferreira ainda esteve ligado à fábrica, em 1920-1921. Porém, para ressuscitar o legado fabril de António Almeida da Costa foi necessário formar uma sociedade anónima, denominada "Companhia Cerâmica das Devesas". Em 1921 fazem-se pequenas obras de remodelação e electrificação nos vários edifícios fabris das Devesas, investimentos que se seguem nos dois anos seguintes, extensíveis à sucursal da Pampilhosa. Nesta época, a Fábrica de Cerâmica das Devesas era dirigida pelo engenheiro Maurice Tabar⁴. Entre os vários accionistas e administradores da Companhia Cerâmica das Devesas, mencionemos o aristocrata José de Serpa Pimentel (que tinha outros interesses na indústria), Ilídio Augusto Ramos, ou Alberto Correia Pinto de Figueiredo Pimentel. Pouco tempo depois, emerge a figura de Raúl Mendes de Carvalho (natural das Caldas da Rainha), o qual tomou o leme da Companhia durante as décadas seguintes. Na sucursal da Pampilhosa viria a ser colocado como administrador o seu filho Alberto Mendes de Carvalho.

A Companhia Cerâmica das Devesas apropriou-se da imagem e do prestígio ainda existente em relação à fábrica das Devesas, como o comprova o papel timbrado usado quase até aos nossos dias. Porém, o contexto económico era muito desfavorável, o capital circulante era escasso e a administração não foi capaz de realizar suficiente inovação, à excepção da substituição (muito lenta, diga-se) de velhos maquinismos por outros. Os modelos das peças artísticas permaneceram quase os mesmos, pelo que ficaram grandemente ultrapassados e deixaram de se fabricar. Também a secção de fundição e serralharia ficou praticamente abandonada pouco tempo depois da instalação da nova Companhia. Manteve-se sobretudo a produção dos produtos utilitários de grés, a telha e o tijolo (sobretudo o refractário, aplicado à indústria) e algum azulejo.

Se nas instalações das Devesas trabalhavam mais de 500 pessoas no início do século XX, esse

número era de 41 em 1931, baixando para 24 em 1949 e para 13 em 1976. Os números apresentados incluem também o pessoal de escritório e guardas. Como nas Devesas situava-se a sede da Companhia, à qual eram afectos alguns funcionários, percebe-se que o número real de operários a laborar na fábrica de Vila Nova de Gaia foi sempre mais baixo que os dados apresentados.

A descida do número de operários não se deveu a uma forte mecanização do processo produtivo. É fácil deduzi-lo, até porque cada vez foram existindo menos operários especializados na fábrica de Gaia. Nos últimos anos da sua existência, todos os operários eram classificados como indiferenciados, à excepção do encarregado que, porém, tinha também trabalhado durante muitos anos na fábrica como indiferenciado.

Em contrapartida, a Companhia privilegiou as instalações da Pampilhosa para a produção, não só porque na época de António Almeida da Costa as instalações das Devesas estavam fortemente vocacionadas para as peças artísticas (que agora já quase não se fabricavam), mas também porque os custos de produção foram sempre mais baixos na Pampilhosa. Alguma maquinaria foi até transferida para a Pampilhosa nos primeiros anos em que existiu a Companhia. Assim, se nas instalações da Pampilhosa trabalhavam cerca de 187 pessoas no início do século XX, em 1944 este número era de 130, descendo para 66 em 1977. Depreende-se, pois, que a fábrica da Pampilhosa manteve bastante actividade, embora um pouco abaixo dos níveis atingidos aquando da administração de António Almeida da Costa. Aliás, temos indícios de que os papéis se inverteram em meados do século XX: a Companhia Cerâmica das Devesas procurava copiar o que outras fábricas faziam, nomeadamente a sua vizinha da Pampilhosa pertencente à sociedade Mourão, Teixeira Lopes & C.^a.

Em 1955, na fábrica das Devesas em Gaia, fabricava-se algum tijolo refractário, alguns artigos sanitários em grés e pouco azulejo e louça sanitária em faiança. Este fabrico era ocasional e a esmagadora maioria das secções da fábrica (incluindo vários fornos) estavam parados há muitos anos. Outros tinham sido até demolidos, por ameaçarem ruína, tal era o estado de abandono da fábrica.

Várias fotografias tiradas em 1949, ano em



Fig. 6 e Fig. 7. A oficina de serralharia da sucursal da Pampilhosa da Fábrica de Cerâmica das Devesas evidencia claramente o quanto a fábrica estagnou em termos tecnológicos, constituindo por isso um dos aspectos mais interessantes deste edifício em termos de Património Industrial.

que houve um incêndio num dos fornos da fábrica, mostram isso claramente (QUEIROZ, 2000: 332-333). Apenas tinham alguma utilização três fornos circulares para faiança (de três andares), um forno pequeno para o vidro e um forno de um só andar para grés e refractário.

Na mesma época, a fábrica da Pampilhosa produzia bastante telha e tijolo, acessórios para telhados, tijolos refractários, canalizações e artigos sanitários em grés. O forno contínuo era amplamente utilizado e foram sendo compradas para a Pampilhosa várias máquinas novas ao longo das décadas de 1940 e 1950. Mas ainda ali havia em funcionamento verdadeiras antiguidades, como uma máquina a vapor de 5cv construída na extinta Fundação do Bicalho, que servia a oficina de serralharia.

Apesar de tudo, a Companhia Cerâmica das Devesas foi aguentando a fábrica de Gaia e manteve uma laboração intensiva na sucursal da Pampilhosa, a qual fabricou produtos para importantes empreitadas (como tijolos refractários para a Central de Massarelos, ou para a fábrica de fundição de F. Brindle, ao Pinheiro Manso, ambas no Porto).

O património industrial hoje existente

Pode dizer-se que a Companhia Cerâmica das Devesas foi agonizando à sombra do empório que António Almeida da Costa soube construir, pelo que teria de sucumbir mais cedo ou mais tarde, facto que sucedeu em finais da década de 1980, quando as instalações de Vila Nova de Gaia eram já entendidas por muitos como uma quase fábrica-museu. Desde há duas décadas que a Companhia Cerâmica das Devesas é sobretudo uma empresa gestora de propriedades, nomeadamente de partes do próprio complexo fabril, que se encontram arrendadas.

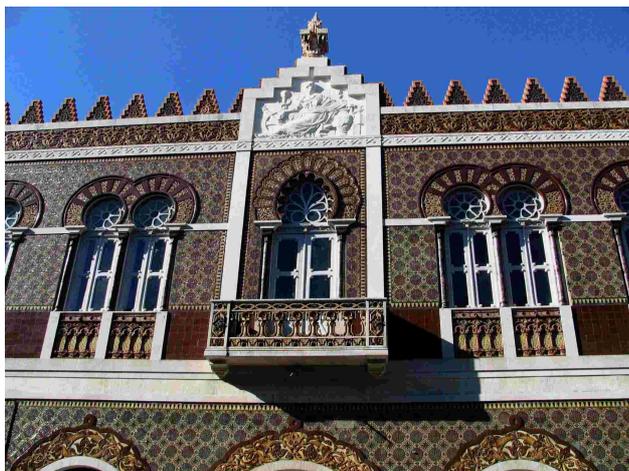


Fig. 8. Detalhe da fachada do antigo depósito e loja da Fábrica de Cerâmica e de Fundição das Devesas, na Rua José Falcão, no Porto.

Note-se, porém, que algumas antigas dependências do complexo fabril das Devesas já não pertencem à sociedade que trouxe a fábrica até aos nossos dias. Tal sucede, por exemplo, com o edifício do depósito e loja da fábrica na Rua José Falcão, no Porto, que se estende à Rua da Conceição, onde esteve situada a oficina de mármore antes desta ser encerrada, já há muitas décadas.

Este edifício no Porto encontra-se em razoá-

vel estado de conservação, mas com um futuro ainda desconhecido do grande público, já que foi desocupado há alguns anos pela empresa química que aí tinha a sua sede e esteve depois à venda. Apesar de tudo, este edifício, situado numa zona urbana consolidada, é património classificado pela Câmara Municipal do Porto, pelo que não deverá correr riscos reais de destruição.



Fig. 9. Há alguns anos, foi exigida pela Câmara Municipal do Porto a demolição de uma agressiva montra de um restaurante chinês, a pretexto de estar dentro da zona de protecção da fachada do antigo depósito da Fábrica de Cerâmica das Devesas. Este facto revela como a autarquia portuense tem muito em conta este imóvel. Lembramos, porém, que o edifício onde foi construído o referido restaurante foi casa de Feliciano Rodrigues da Rocha, pelo que o mesmo edifício devia ter sido claramente incorporado na própria classificação do imóvel do antigo depósito, já que formam um conjunto.

Quanto ao complexo cerâmico situado nas Devesas, sofreu bastante com o abandono e as demolições de edifícios, motivadas pelo seu estado de ruína, sobretudo no quarteirão sul, onde se concentrava a produção de materiais de construção e a fundição, secções que em Gaia se extinguíram há muitas décadas. Já a sucursal da Pampilhosa manteve muitas das antigas instalações da fábrica e até alterou profundamente algumas outras, facto que também descaracterizou parte dos edifícios que vinham da época de António Almeida da Costa. Assim, se as instalações da Pampilhosa reflectem a importância deste empório cerâmico

no século XIX e também alguma dinâmica na produção de materiais de construção durante o século XX, é sobretudo em Vila Nova de Gaia que se situam as estruturas mais interessantes do complexo fabril, praticamente todas do século XIX.

Infelizmente, o complexo cerâmico situado nas Devesas há muito tempo que vive momentos de incerteza, entre a aparente vontade de musealização parcial por parte do município, o vandalismo, os furtos de espólio, a progressiva e inexorável ruína dos edifícios fabris e as pressões imobiliárias.

O conturbado processo de classificação do complexo fabril das Devesas

O processo de classificação do complexo fabril das Devesas tem já vinte e cinco anos e ainda não se vislumbra um fim definido para nenhum dos seus edifícios. Foram vinte e cinco anos de algumas boas vontades, mas sobretudo de abandono, delapidação, inércia, ignorância e burocracia, colocando em causa aquele que é um dos melhores exemplos de Património Industrial em Portugal e um dos poucos no nosso país que possui claro relevo mesmo em termos internacionais.

O problemático processo de classificação da Fábrica de Cerâmica das Devesas iniciou-se de forma tímida, numa época em que a consciencialização da sociedade portuguesa para o valor do património arquitectónico era ténue, ainda para mais tratando-se de uma fábrica, em laboração na altura, apesar de muito diminuta e centrada somente na sucursal da Pampilhosa. A iniciativa coube ao então Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Gaia que, em sessão de 9 de Janeiro de 1983, propôs a classificação dos painéis de azulejo sitos no muro do quarteirão sul da Fábrica das Devesas como de Interesse Público, no sentido da preservação dos mesmos. Tendo sido aprovada a sua classificação, o mesmo vereador apresentou uma nova proposta em sessão de 17 de Setembro de 1984, desta vez relativamente ao edifício fabril (depreendendo-se que fosse o núcleo a norte), recheio e antigo bairro dos operários da Fábrica das Devesas. A proposta previa igualmente a classificação do conjunto como de Interesse Público, tendo a vereação aprovado a sua classificação⁵.

Em 20 de Outubro de 1984, "O Primeiro de

Janeiro" noticiava que na antiga Fábrica de Cerâmica das Devesas iria situar-se um museu de cerâmica. Segundo o mesmo periódico, o Vereador da Cultura, Francisco Barbosa da Costa, havia proposto à Câmara Municipal de Gaia que nesse museu de cerâmica viesse a existir uma escola-oficina, de maneira a preservar a actividade da Fábrica de Cerâmica das Devesas. O museu contaria com o apoio científico da Escola Secundária Soares dos Reis e de outras instituições da indústria cerâmica. No museu seriam incorporadas peças, moldes, matrizes e documentação das 17 fábricas cerâmicas que existiram em Gaia e também do Grande Porto. Numa primeira fase, alugar-se-ia parte da fábrica, estendendo-se posteriormente o aluguer à totalidade do quarteirão norte. Algumas partes da Fábrica de Cerâmica das Devesas estavam sem uso e outras estavam, já na época, ocupadas por uma oficina de automóveis, a qual ainda hoje se mantém. O então Vereador da Cultura afirmava - com certa razão - que não se fazia ideia do "*império cultural*" que aquela fábrica criara e que o museu apenas poderia dar disso "*uma simples imagem*"⁶.

Passadas algumas semanas sobre o referido artigo, vem de novo à tona uma notícia sobre a Fábrica de Cerâmica das Devesas: em 3 de Novembro de 1984 o então Director da Companhia de Cerâmica das Devesas, Mendes de Carvalho, afirmava não entender o súbito interesse da Câmara Municipal de Gaia em recuperar a fábrica. Aliás, no ano anterior, a mesma autarquia alegadamente não se havia preocupado com o perigo de ruína do muro-mostruário com diversos padrões de azulejo. Ora, para Mendes de Carvalho, era este muro que tinha "*interesse público*" e não a fábrica. O mesmo director sustentava que a Companhia de Cerâmica das Devesas não tinha possibilidades para custear a recuperação do muro-mostruário, razão pela qual, um ano antes, pedira à Câmara Municipal de Gaia para assumir esse encargo, com a contrapartida da oferta dos azulejos à autarquia, a qual nem sequer terá respondido.

Ao que parece, Barbosa da Costa havia afirmado num anterior artigo em outro periódico, no dia 18 de Outubro de 1984, que a fábrica estava desactivada. No entanto, Mendes de Carvalho lembrava que ainda havia 60 trabalhadores na sucursal da Pampilhosa, acrescentando que a fábrica das Devesas não estava degradada como se dizia.

Os sucessivos mal-entendidos entre o Vereador do Pelouro da Cultura e o Director da Companhia de Cerâmica das Devesas deixaram este muito pouco satisfeito com a atitude da Câmara Municipal de Gaia, sobretudo pelo facto de ter vindo a público com ideias e projectos sem primeiro falar com a Direcção da Companhia⁷. Estes acontecimentos de 1983-1984 terão sido de tal modo marcantes que ainda hoje têm repercussões pouco favoráveis à salvaguarda e valorização da Fábrica de Cerâmica das Devesas, já que nos parece subsistir um certo preconceito e mesmo desconfiança da Companhia Cerâmica das Devesas face à actuação da autarquia, ainda que os protagonistas autárquicos sejam outros.



Fig. 10. Muro que serviu de mostruário da Fábrica de Cerâmica das Devesas, no quarteirão sul. Apesar de se alegar o perigo de ruína em 1983, a verdade é que, mesmo sem manutenção da estrutura, o muro tem-se aguentado.

Em 29 de Abril de 1985, num ofício dirigido por Rafael Salinas Calado ao então IPPC - Instituto Português do Património Cultural (em resposta a um outro ofício datado de 24 de Maio de 1983, do Vice-presidente do IPPC, Justino Mendes de Almeida), refere-se uma visita feita aos já citados painéis de azulejos do mostruário, juntamente com o responsável pelo departamento de restauro do Museu Nacional do Azulejo, com o Vereador Francisco Barbosa da Costa e com a Conservadora da Casa Museu Teixeira Lopes.

No dito ofício pode ler-se ser "imprescindível" a classificação do "muro da Fábrica das Devesas em que estão não só assentes os dois painéis de grandes dimensões representando as oficinas de modelação e pintura do tempo de mestre Teixeira Lopes (pai), como

todo o notável mostruário constituído por grande variedade de exemplares (...) que constituem um valioso documento (...). O muro em causa (...), ajuda a definir um ambiente que se alarga à contígua Rua do Visconde das Devesas com o seu excelente palácio de cerâmica e as características casas do bairro operário", terminando por considerar que era um dever "defender e preservar este património"⁸.



Fig. 11. O muro por onde começou o processo de classificação do complexo fabril das Devesas não é mais do que uma pequena parte do mostruário junto à portaria do quarteirão sul, o qual desenvolvia-se em vários pisos, conforme se atesta por esta fotografia, incluída no catálogo da Fábrica de Cerâmica e de Fundição das Devesas, datado de 1910.

Passado cerca de um ano, em 27 de Junho de 1986, Joaquim Gonçalves Guimarães informava o IPPC que o complexo fabril das Devesas era uma área complementar à do centro histórico de Vila Nova de Gaia, tendo dado o seu parecer favorável, enquanto responsável pelo Gabinete de História e Arqueologia da Câmara Municipal de Gaia, quanto à classificação do "conjunto único e exemplar como um todo" e não apenas o muro-mostruário.

Juntamente a este ofício, anexava um breve relatório sobre o estado de conservação dos edifícios que considerava relevantes para a classificação: muro-mostruário; armazéns gerais, oficinas e escritório; palacete de António Almeida da Costa; asilo; o edifício azulejado da Rua Visconde das Devesas; a casa dos contramestres e o bairro dos operários.

Cerca de um mês mais tarde, em 24 de Julho, Fátima Ferreira, arquitecta do IPPC, solicitava à Câmara Municipal de Gaia o envio de documentação fotográfica referente aos interiores dos edifícios e vistas gerais de todo o conjunto, para as mesmas acompanharem o processo de classificação que iria ser analisado pelo Conselho

Consultivo do IPPC. Este pedido foi renovado em 11 de Agosto de 1986 pelo Presidente do IPPC – João Palma Ferreira. Porém, ao que parece, o pedido deveria ter sido feito ao Gabinete de História e Arqueologia da mesma Câmara e, talvez por essa razão, em 12 de Março de 1987 o IPPC ainda não tinha recebido qualquer documentação¹⁰.

Em 18 de Abril de 1988, a Fábrica de Cerâmica das Devesas volta de novo à ribalta pelas mãos da imprensa: "*«Cerâmica» das Devesas condenada à ruína?*". A notícia começa por informar que, depois da fábrica fechar, várias empresas e um jardim de infância tinham-se instalado em algumas partes da mesma, através de arrendamento. Relativamente à questão da sua musealização, a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, através do vereador Barbosa da Costa, dava conta que há alguns anos atrás havia contactado a Companhia de Cerâmica das Devesas para se fazer ali um "*museu vivo da cerâmica*". Porém, a Companhia tinha recusado, não tendo sido possível assinar o protocolo pelo qual a autarquia se propunha a fazer ali as obras necessárias. Sendo assim, não era possível fazer o dito museu. Um dos membros da Direcção da Companhia de Cerâmica das Devesas, Teresa Mendes de Carvalho, rebatia, dizendo que a Câmara Municipal de Gaia nunca lhes havia proposto fazer ali um museu¹¹.

Estavam já passados cerca de seis anos desde o início do processo, quando, em 21 de Setembro de 1989, um técnico do IPPC – Miguel de Araújo Leão – refere, em ofício, a necessidade de classificar e delimitar uma zona especial de protecção. Porém, em 31 de Outubro do mesmo ano, a Câmara Municipal de Gaia estava a apreciar a viabilidade de construção de um loteamento no local, o qual supõe-se ter relação com um outro já pretendido em 1983¹².

Em 22 de Fevereiro de 1990, a imprensa noticiava: "*Fábrica de Cerâmica das Devesas ainda espera ser museu*". Esta notícia vinha a propósito de um seminário internacional sobre a produção cerâmica, o qual iria decorrer em Gaia entre Julho e Setembro de 1990 e do qual se esperava a clarificação de "*muita coisa*". No opúsculo do seminário já se propunha a criação do "*museu nacional e internacional de cerâmica*"¹³.

Ora, passados oito meses sobre esta notícia,

em 20 de Outubro de 1990, é apresentado na Assembleia da República um projecto de lei visando a criação de um museu de cerâmica nas instalações da Fábrica das Devesas, projecto esse que não foi aprovado¹⁴. Contudo, a proponente – Vereadora Ilda Figueiredo – manteve-se até hoje como uma incansável defensora da musealização da Fábrica de Cerâmica das Devesas.

Em 20 de Dezembro de 1990, quando o Conselho Consultivo do IPPC se pronunciou quanto à classificação do complexo fabril das Devesas, foi colocado em primeiro lugar - em termos de arquitectura industrial - um outro conjunto fabril cerâmico, o da Vista Alegre. Ainda assim, considerava-se já que o complexo da Fábrica das Devesas mantinha igualmente todos os elementos constitutivos de origem e crescimento, sendo estes testemunhos físicos do que foi essa era industrial. O Conselho Consultivo do IPPC afirmava ainda que se tratava de um pedido de classificação "*pouco vulgar dada a sua importância local, área apetecível para urbanizar*", sendo que urbanizar o sítio era sinónimo de "*apagar da memória*". Realçava-se também a relevância de António Almeida da Costa e de José Joaquim Teixeira Lopes para a História e para a Arte portuguesas, através da sua actividade fabril, dos catálogos, da expansão que alcançaram, dos seus conhecimentos e reconhecimento nacional e internacional, mesmo não sendo necessário invocar todos estes factos para a classificação do complexo fabril, que já valia por si só. Sendo assim, a 9.ª Secção do Conselho Consultivo emitia um parecer favorável à classificação do complexo fabril das Devesas, aconselhando ainda a Câmara Municipal de Gaia a executar um plano de pormenor para a área a classificar, com o sentido de salvaguardar e valorizar os imóveis e espaços e de reabilitar urbanisticamente o conjunto¹⁵.

Aparentemente, mesmo com considerável atraso, o processo parecia estar no bom caminho. Contudo, em inícios de 1991, o IPPC chamava a atenção para a necessidade de ouvir a opinião dos proprietários, de acordo com a antiga Lei do Património 13/85, que - note-se - nunca foi regulamentada.

Entretanto, em 27 de Fevereiro de 1991, Isabel Sereno, arquitecta do IPPC no Porto, requereu também a inclusão no processo de classificação do antigo depósito da Fábrica de Cerâmica das

Devesas no Porto (Rua José Falcão) e do respectivo tecto do salão de exposições¹⁶.

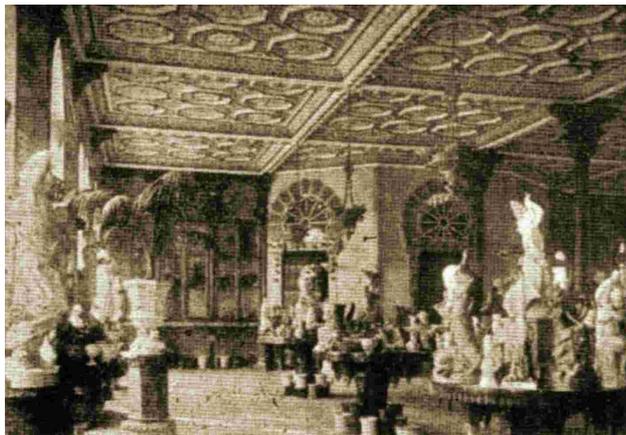


Fig. 12. Embora seja muitíssimo interessante o tecto do salão de exposições do antigo depósito da Fábrica de Cerâmica e de Fundação das Devesas, todo o interior do edifício possui detalhes decorativos únicos. Na época em que funcionou como loja, teria tido uma atmosfera exótica e muito sugestiva (fotografia do catálogo de 1910).

Com a extinção do IPPC e a criação do IPPAR, dá-se um hiato de oito anos em que nada acontece de positivo para o processo, acentuando-se, sim, a degradação do complexo fabril e acelerando-se o processo administrativo tendente à urbanização do quarteirão sul.

Em 1 de Julho de 1999, "O Comércio do Porto" publicou o edital n.º 10/99 de 12 de Maio de 1999, da Câmara Municipal do Porto, no qual se dava finalmente ao conhecimento público que, por despacho do Vice-presidente do IPPAR, datado de 14 de Abril de 1999, havia sido confirmado o despacho de 15 de Janeiro de 1991, respeitante à abertura do processo de instrução relativo à eventual classificação do conjunto fabril das Devesas, incluindo-se já o depósito no Porto. De acordo com a lei, nada nestes edifícios poderia ser demolido ou intervencionado sem prévio parecer do IPPAR.

Nesse ano de 1999, o processo menciona já os proprietários dos edifícios em vias de classificação em Gaia:

- a Misericórdia de Gaia: no que dizia respeito à casa na esquina da Rua Almeida da Costa, à suposta antiga creche e ao chamado "bairro dos contramestres" (Rua Visconde das Devesas);
- a Companhia Cerâmica das Devesas, S.A.: no que dizia respeito ao bairro dos operários, ao

núcleo fabril a norte (oficinas, armazéns e escritórios) e ao jardim-escola;

- a Gaideve - Sociedade Imobiliária de Gaia, S.A.: no que dizia respeito ao núcleo fabril a sul (oficinas, chaminé do século XIX, chaminé, forno cerâmico, muro-mostruário)¹⁷.

Note-se que o antigo palacete de António Almeida da Costa e o antigo asilo, sendo também pertença da Misericórdia de Gaia e parte de todo o complexo fabril, são ignorados na documentação da época. Por outro lado, alguns erros foram detectados nesta atribuição de propriedade, assim como na delimitação, o que praticamente bloqueou parte do processo durante vários anos. De facto, desde 27 de Abril de 1999 que o IPPAR solicitou os nomes e os endereços dos proprietários à respectiva repartição de finanças. Alegadamente, tais informações ainda em 2003 não haviam chegado oficialmente ao IPPAR, pelo que o processo continuava sem poder passar à fase de notificação dos proprietários, ainda que os mesmos fossem bem conhecidos.

Todos os indícios que recolhemos levam-nos a supor que, durante mais de uma década, não foi ouvida a opinião dos proprietários, pelo menos formalmente, o que prejudicou sobremaneira o processo e a relação de confiança que deveria existir entre as partes, uma vez que era público o avançar do processo, ainda que de forma muito lenta.

O projecto imobiliário para o quarteirão Sul

Entretanto, a referida empresa imobiliária Gaideve insistia na urbanização do quarteirão sul da antiga fábrica das Devesas. Aliás, a sociedade terá sido constituída para esse fim, como a própria designação sugere. Esta sociedade pertencia ao Grupo BCPAtlântico, que detinha também a Companhia Cerâmica das Telheiras. Ambas foram alienadas em 1999, no âmbito de uma "*política de desinvestimento dos activos não estratégicos*"¹⁸.

Efectivamente, o quarteirão sul da antiga Fábrica de Cerâmica das Devesas deixara de ser um activo apetecível em termos económicos, já que ia perdendo valor de mercado. Tendo sido prevista uma edificabilidade intensiva para o local, no âmbito do primeiro PDM de Gaia, a abertura do processo de classificação da Fábrica de Cerâmica

das Devesas, que abrangia este quarteirão, veio condicionar fortemente o potencial construtivo.

A julgar pelo aviso afixado no local, em 1999 deu entrada na Câmara Municipal de Gaia um projecto de urbanização para o quarteirão sul da Fábrica de Cerâmica das Devesas. Este já não era o primeiro projecto. De facto, de acordo com a legislação em vigor e atendendo ao facto de haver um processo de classificação instruído, era necessário ouvir o parecer do IPPAR¹⁹. Ora, a 11 de Fevereiro de 2000, esta entidade informou a Câmara Municipal de Gaia que o projecto reformulado tinha maior "*contenção volumétrica, melhor caracterização construtiva e maior equilíbrio entre as preexistências e as novas construções*". Ainda assim, foi aprovado de forma condicionada pelo IPPAR.

Entretanto, foi feito um aditamento ao projecto de arquitectura através do requerimento n.º 13000/01, correspondente ao Processo de Obras n.º OP-1065/99 da Freguesia de Santa Marinha. Em 12 de Maio de 2001, tal como lhe competia, o Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Gaia enviou ao IPPAR o pedido de aprovação ao projecto, para que fosse dado um parecer. Esse parecer foi dado em 8 de Agosto de 2001, tendo o IPPAR informado a Câmara Municipal do seu acordo ao projecto de arquitectura, embora solicitando detalhes estruturais e construtivos. O IPPAR alertava também que o local tinha "*elevado potencial arqueológico*" e, portanto, devia ser apresentado um plano de trabalhos arqueológicos por parte de um técnico credenciado pelo IPA (Instituto Português de Arqueologia).

Depois de mais alterações ao projecto, o IPPAR veio de novo aprovar de forma condicionada o projecto da Gaideve, em 16 de Janeiro de 2002, colocando como condições a apresentação de um projecto mais detalhado no que dizia respeito a remoção de terras e a realização de sondagens prévias, assim como o acompanhamento de todos os trabalhos por um arqueólogo credenciado pelo IPA. A informação de 11 de Janeiro de 2002, que deu origem a este despacho, refere ainda que fora introduzida uma alteração ao remate sul do edifício proposto para a Rua Mouzinho de Albuquerque.

As sondagens arqueológicas no quarteirão Sul e o seu impacto no processo

De acordo com a lei, era efectivamente necessário proceder a sondagens arqueológicas, pagas pelo promotor. Em finais de 2002 iniciaram-se as sondagens preliminares, tendo-se procedido à limpeza do terreno. A lei estava a ser cumprida, mas não sem importantes atropelos.

Intervenções arqueológicas num terreno tão grande como o do quarteirão sul das Devesas e num complexo historicamente tão importante, impunham um estudo prévio. Este facto não se verificou e não mereceu a devida atenção, quer por parte dos organismos públicos que tutelam este Património, quer por parte da empresa de arqueologia encarregada pelo promotor das sondagens. Se tal preocupação tivesse existido, as primeiras sondagens arqueológicas realizadas no quarteirão sul da Fábrica de Cerâmica das Devesas teriam sido mais profícuas e convenientemente direccionadas para os locais que potencialmente dariam resultados mais relevantes, numa primeira fase.

Refira-se que o forno de sistema francês, construído em granito e em tijolo maciço, assim como a plataforma granítica de assentamento da oficina de serralharia e fundição foram "descobertos" por mero acaso, quando estavam claramente referenciados em plantas antigas, encontradas no decorrer da nossa investigação²⁰. Se tivesse havido um estudo prévio, evitar-se-ia facilmente o facto da retro-escavadora ter provocado o aluimento de parte da abóbada do mencionado forno, devido ao peso que sobre o mesmo exerceu. Porém, como é evidente, a preservação das estruturas não era a intenção do promotor, muito pelo contrário.

Embora tendo sido realizadas de um modo pouco ortodoxo, muito superficial e algo atabalhoadamente, sem que tivesse havido um acondicionamento posterior do espólio mais importante encontrado e registado, estas primeiras sondagens arqueológicas contribuíram para o conhecimento de novos dados que não estavam incluídos na documentação escrita por nós consultada até à data. Para além disso, as sondagens vieram esclarecer algumas questões inicialmente duvidosas e reforçar ainda mais a importância histórica, artística e industrial deste complexo fabril. Pôde-

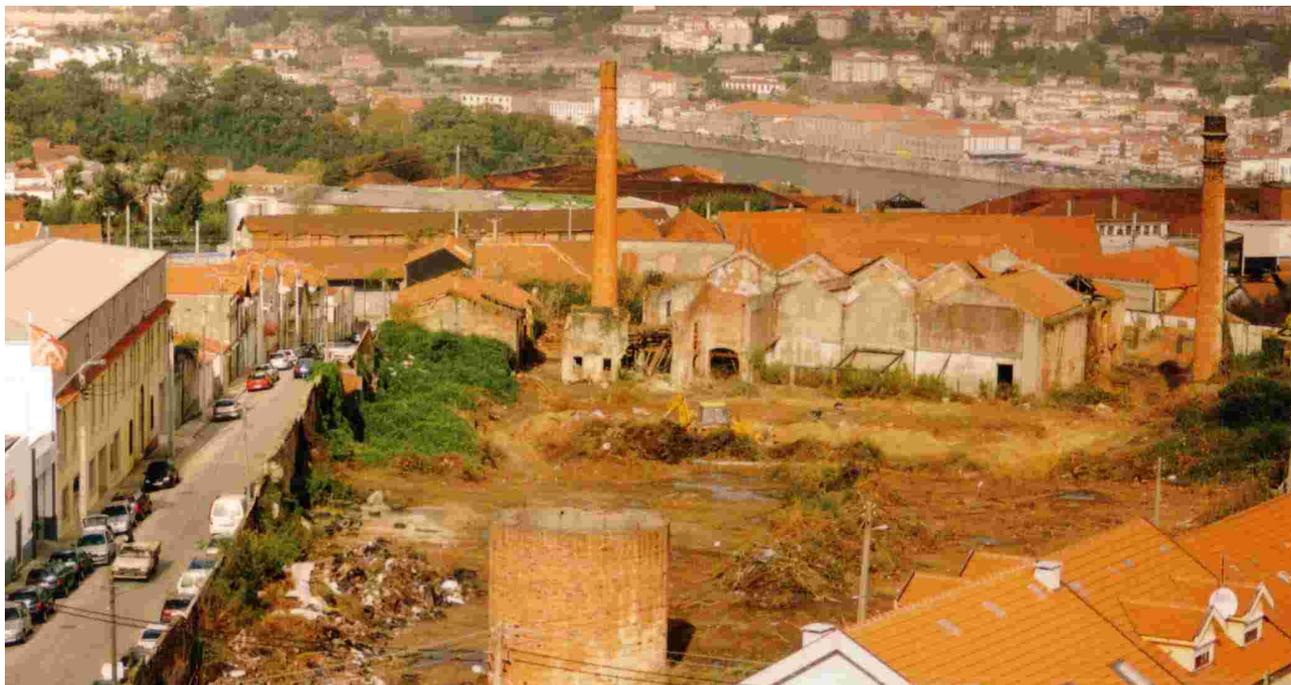


Fig. 13. Registo feliz do início das sondagens arqueológicas preliminares, tirado do palacete de António Almeida da Costa, vendo-se ao centro a retro-escavadora que logo depois iria provocar o aluimento de parte do forno francês para telha. À esquerda, a fachada já adulterada da antiga Fábrica Pereira Valente

-se confirmar que o núcleo sul do complexo fabril das Devesas inclui ainda estruturas arquitectónicas que certamente serão já únicas no país, sobretudo pela sua articulação e quantidade num espaço bem delimitado.

Oficialmente, os resultados das sondagens foram direccionados para uma desvalorização do que foi encontrado, o que desde logo sugeriu perigosas afinidades de interesses entre o promotor imobiliário e a empresa de arqueologia contratada, denominada Historiográfica, as quais vieram a revelar-se bastante evidentes²¹. Aliás, os pareceres externos terão mesmo sido recusados pela empresa de arqueologia em causa, certamente por contrariarem o seu próprio relatório.

Dado o cenário de manipulação dos resultados e de risco de aprovação definitiva do projecto sobre bases falseadas, um grupo de cidadãos, nos quais nos inserimos, movimentou-se de modo a salvar o quarteirão sul do complexo fabril, solicitando ao IPPAR mais e melhores sondagens, de modo a conhecer também melhor e recuperar o máximo que fosse possível de espólio, permitindo fundamentar melhor um processo de reabilitação urbanística do espaço, fosse para que fim fosse. O abaixo-assinado, que correu entre Fevereiro e Março de 2003, foi subscrito por um número

considerável de investigadores, arqueólogos, historiadores, museólogos e gente da cultura em geral, todos exigindo a protecção do conjunto da antiga fábrica e a prossecução dos estudos arqueológicos²².

Nos meses que se seguiram, foram igualmente publicados alguns artigos em jornais nacionais sobre o valor patrimonial da Fábrica das Devesas e a urgência da sua salvaguarda. A par destas iniciativas, decorreram várias visitas ao complexo fabril, quer ao núcleo situado a norte, quer ao quarteirão sul, nas quais estiveram presentes representantes do IPPAR, do IPA, da Câmara Municipal de Gaia, arqueólogos e outros investigadores. Foi, inclusivamente, elaborado pela co-autora deste artigo um parecer sobre o valor patrimonial do complexo fabril, para acompanhar uma proposta de classificação da mesma como *Monumento Nacional*, assim como um pedido de inventariação. O processo de inventário, previsto na lei, é de extrema importância, dado que no quarteirão norte da fábrica existe espólio de um valor histórico difícil de calcular. Ora, a relativa visibilidade que os meios de comunicação social deram à questão, em 2003, foi suficiente para incrementar temporariamente o furto desse espólio.

Seguramente que o espólio hoje existente está consideravelmente diminuído, não só por furtos, mas também pela sua própria degradação, sendo que ainda hoje continua por efectuar o inventário. Mesmo assim, a contestação trouxe alguns frutos. Em 20 de Agosto de 2003, através de um ofício que nos foi enviado, o IPPAR informava estar a desenvolver *"as diligências de natureza processual inerentes à «fase de abertura e audição do processo», após o que prosseguirá para a «fase de fundamentação técnica»"*. Entretanto, um erro processual na definição da zona de delimitação foi corrigido em 25 de Setembro de 2003, quando "O Comércio de Gaia" publicou um edital da Câmara Municipal de Gaia, datado de 5 de Setembro desse ano, anexando uma planta com a localização dos bens imóveis, a qual corrigia e completava o edital datado de 19 de Julho de 1999 (publicado no mesmo periódico em 29 de Julho de 1999).

Em 2003, o projecto imobiliário que estava a aguardar aprovação ocuparia grande parte dos cerca de 14 mil metros quadrados no quarteirão sul da fábrica. De acordo com o projecto, seriam «estúdios» de dois pisos, ficando a parte central destinada a uma praceta. A proposta, do arquitecto Humberto Vieira, era uma mera reformulação do projecto datado de 1999 e *"esteve sempre longe de reunir uma posição consensual entre os elementos do executivo"*²³. Em 2003, o então Vereador do Urbanismo da Câmara Municipal de Gaia, Eng. Poças Martins, não via o empreendimento imobiliário como um problema, considerando-o *"um excelente projecto, de baixa densidade e que ocupará uma pequena área da antiga fábrica"*²⁴. O referido vereador considerava mesmo que se tratava de uma oportunidade de salvaguardar o que restava das instalações da antiga unidade fabril. Quanto ao aventado Museu da Cerâmica, este mantinha-se somente no plano das intenções, pois Poças Martins referia: *"O projecto tem de ser sustentável. Há uma grande tradição da cerâmica em Gaia, mas para se criar um grande museu é necessário criar parcerias e o mais provável é que a futura instituição seja uma mostra, não só com espólio de cerâmica, mas com outras artes tradicionais do concelho"*²⁵. Esta afirmação reflecte bem o potencial do complexo e, ao mesmo tempo, a incapacidade do respectivo executivo autárquico para catalisar as necessárias parcerias.

Refira-se que o projecto de loteamento e

urbanização para o quarteirão sul foi elaborado apenas com conhecimento das estruturas visíveis por entre o então existente matagal, ou seja, antes das sondagens arqueológicas. Após as mesmas, o projecto veio a revelar-se incongruente e obsoleto. Apesar de se notar uma preocupação com a manutenção de certos alinhamentos e com a interdição de acesso automóvel a alguns espaços mais sensíveis no interior do quarteirão, a verdade é que o mesmo enfermava de alguns pressupostos que faziam dele um projecto em nada apropriado para aquele local, pois partia do princípio que só existia valor patrimonial nas estruturas arquitectónicas ainda de pé, quando o subsolo de todo o complexo fabril possui estruturas muito interessantes (cisternas, túneis, fornos) que seriam, assim, destruídas e sem a possibilidade de se proceder a qualquer tipo de estudo. Por outro lado, como a fábrica foi sendo ampliada com base nos materiais de refugo da sua própria produção, supõe-se que estarão enterradas peças interessantes, bem como outros vestígios importantes para a compreensão da história da fábrica – facto que não é de menosprezar tendo em conta que uma parte da história da arquitectura e da escultura em Portugal, nos finais do século XIX, passa por aquela antiga fábrica. Ignorar esse potencial seria um erro grave, que as gerações vindouras não perdoariam. O referido projecto também não apresentava critérios objectivos para a manutenção de determinadas estruturas arquitectónicas e a demolição de outras que ainda se encontram de pé. Ora, não era sensato que um projecto para uma zona tão sensível, classificada de interesse público pela Câmara Municipal de Gaia e com processo de classificação pendente no IPPAR, fosse discricionário, excluindo o parecer isento e externo de reconhecidos especialistas em arqueologia industrial e/ou em história da arte, com estudos já desenvolvidos sobre o tema da indústria e produção cerâmica do século XIX.

Felizmente que o IPPAR compreendeu a necessidade de se efectuarem sondagens com maior consistência e isenção. Assim, entre Novembro de 2004 e Abril de 2005 decorreram escavações arqueológicas no quarteirão sul, efectuadas pela empresa Mola Olivarum, debaixo da direcção científica do Prof. Carlos Alberto Brochado de Almeida e também do Dr. Miguel Alexandre Monteiro da Costa²⁶.

Estes trabalhos arqueológicos não abrangem senão algumas zonas do referido quarteirão, mas não deixaram de reforçar a relevância das estruturas existentes. Era, pois, forçoso repensar o projecto para o local. Como havia falecido precocemente o arquitecto Humberto Vieira, o promotor imobiliário solicitou novo projecto ao arquitecto Joaquim Massena. Mantendo-se o princípio de afectar o quarteirão a habitação, este projecto, de 2005, prevê já a valorização do forno francês, no centro do quarteirão, no pressuposto de que caberá a sua manutenção à Câmara Municipal. O referido projecto prevê ainda evocações à actividade fabril na decoração das entradas dos blocos, embora baseadas em novos materiais. Para além disso, não há uma preocupação clara em articular os novos edifícios projectados com os alinhamentos de algumas estruturas existentes. Outros problemas deste projecto prendem-se com o acesso ao espaço central e com a fruição das estruturas cuja manutenção se prevê, nomeadamente o forno francês. Porém, o problema principal é a própria vocação do projecto: um aproveitamento quase exclusivo para habitação e uma musealização passiva e não integrada de algumas estruturas; um mero congelamento, o qual colocará problemas de sustentabilidade e de conservação a médio prazo, para além de inviabilizar projectos mais ambiciosos e aceitáveis. É certo que o óptimo é inimigo do bom mas, neste caso, como adiante voltaremos a abordar, é ainda possível encontrar soluções mais consentâneas, mesmo envolvendo privados, naturalmente interessados no lucro.

Valor patrimonial do complexo fabril

Actualmente, todo o processo continua num impasse, embora possam ter sucedido novos desenvolvimentos ainda não tornados públicos. Uma coisa é certa: no momento em que escrevemos estas linhas, o antigo complexo fabril das Devesas continua maioritariamente votado ao abandono, quer em Vila Nova de Gaia, quer na Pampilhosa. E, no entanto, trata-se do maior e melhor complexo de artes industriais do seu tempo em Portugal; a origem de incontáveis peças artísticas de alta qualidade remetidas para todo o país, Brasil e antigas colónias, peças essas consideradas as melhores do género, pelo seu bom efeito de cores

(nem sempre bem conseguido por outras fábricas concorrentes), pela boa composição das pastas, bem como pela qualidade artística. A Fábrica de Cerâmica das Devesas foi também o maior e mais bem montado complexo de indústria cerâmica existente no país, pois as outras fábricas suas contemporâneas eram geralmente mais acanhadas e várias não estavam sequer instaladas em edifícios propositadamente construídos para fins industriais.

Apesar de ser por vezes injustamente relacionada com o fim da cerâmica artística e com o início da cerâmica industrial, a Fábrica de Cerâmica das Devesas não foi mais do que a ponte entre as duas realidades, tendo tido, aliás, o melhor das duas vertentes. Por essa razão, o complexo fabril das Devesas e as peças que produziu constituem o mais importante legado cerâmico hoje existente em Portugal. Isto basta para que a musealização do antigo complexo fabril seja um imperativo. Mas existem mais razões, de ordem urbanística, identitária e outras.

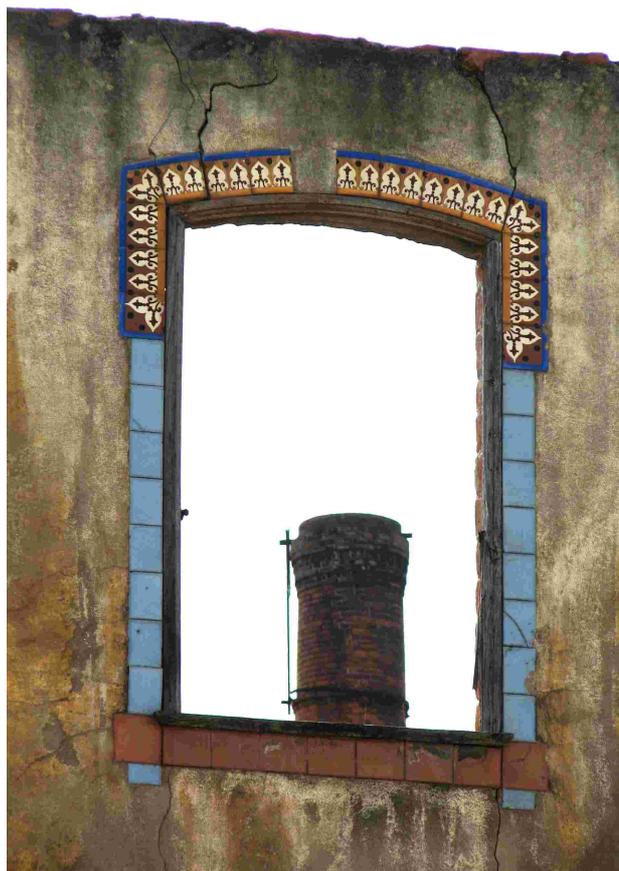


Fig. 14. Detalhe de vão guarnecido de azulejos, vendo-se em segundo plano uma das chaminés do quarteirão sul da Fábrica de Cerâmica das Devesas.

Em Vila Nova de Gaia, concretamente, estamos a falar de um antigo complexo fabril cerâmico cujo valor é bem maior do que aquilo que se supunha quando se iniciou o seu processo de classificação. As recentes sondagens arqueológicas vieram reforçar ainda mais essa ideia.

A preservação destas estruturas fabris é muito importante para o estudo e compreensão da indústria cerâmica e de fundição em Portugal: está nas Devesas uma parte importante da própria História da Arquitectura e da Escultura Portuguesa do século XIX e do início do século XX. Que seria da chamada "escola" de escultura de Gaia sem as Devesas – onde jovens escultores que viriam a ser os melhores do seu tempo ensaiaram modelação? Por outro lado, são milhares os edifícios antigos em Portugal que possuem azulejo, telha, estátuas, tijolo, mosaico, estuques, etc., produzidos nesta fábrica. Este tipo de revestimentos cerâmicos marcou uma época e um estilo, que é claramente identitário na arquitectura urbana portuguesa. Os próprios edifícios fabris do complexo fabril de António Almeida da Costa são eloquentes exemplos da cerâmica aplicada à arquitectura, funcionando como mostruários, não só de azulejo mas de peças de remate e decoração de platibandas e telhados, algumas das quais raras e invulgares, pelo facto de não terem tido muita aceitação na época.

Para além do valor histórico, documental, arqueológico, técnico-industrial e arquitectónico do complexo fabril das Devesas, que se alarga à sua sucursal da Pampilhosa, é de notar também o valor estético e turístico de algumas das estruturas subsistentes no núcleo fabril situado em Vila Nova de Gaia, sobretudo dos fornos. São estruturas muito interessantes para musealização, porque constituem um forte motivo de curiosidade para eventuais visitantes.

Também os materiais encontrados nas sondagens arqueológicas são muito importantes, sobretudo em conjunto com outros já recolhidos ou dispersos, e serão ainda mais quando for possível o acesso às restantes partes do complexo fabril (nomeadamente, no quarteirão norte).

Há muito para descobrir e estudar em termos estéticos, históricos e técnicos por debaixo das camadas de enchimento dos quarteirões do complexo fabril das Devesas, sendo provável que

sua escavação arqueológica sistemática venha revelar o processo da própria evolução da produção da fábrica, recuando até às peças mais antigas (sobretudo as que tinham defeito), podendo ser talvez encontradas peças interessantes e raras para estudo e para exposição. A própria escavação da zona das primitivas barreiras poderá dar informações preciosas sobre a produção da fábrica e a qualidade dos materiais utilizados ao longo da história da mesma, através de depósitos diferenciados por camadas.

Não podemos também esquecer as numerosas obras saídas do empório das Devesas durante a sua época áurea, as quais ainda existem espalhadas por todo o país (e não só), com predominância para as áreas urbanas servidas por caminho de ferro, por razões que são óbvias. Como complemento à necessária musealização de algum dos espaços das Devesas, será necessário inventariar estas peças e estudar as mais relevantes, o que é trabalho para uma larga equipa de investigação durante vários anos. Actualmente, algumas destas obras de arte industrial são já raras, pelo que são peças de museu de elevado valor identitário sem que os seus proprietários, por vezes, sequer o suspeitem.

Caracterização do complexo fabril subsistente

O complexo fabril das Devesas, cuja classificação como Monumento Nacional foi requerida em 30 de Janeiro de 2003, ocupa uma área bastante ampla, com edifícios marcantes situados fora dos dois quarteirões principais, o que também se torna causa de maior morosidade no processo de classificação e exige um plano integrado bastante abrangente para a sua salvaguarda e valorização. Em Vila Nova de Gaia, integra os seguintes imóveis:

- O quarteirão fabril a norte da Rua Conselheiro Veloso da Cruz, considerado o núcleo principal, onde se encontram os fornos mais antigos, a secretaria e outras dependências (Fig. 15: A e C; Fig. 16 e Fig. 17);
- Os armazéns de expedição, hoje ocupados no rés-do-chão por uma oficina de automóveis (Fig. 15: D; Fig. 18);
- Uma casa de habitação que terá sido a de António Almeida da Costa antes deste ter construí-

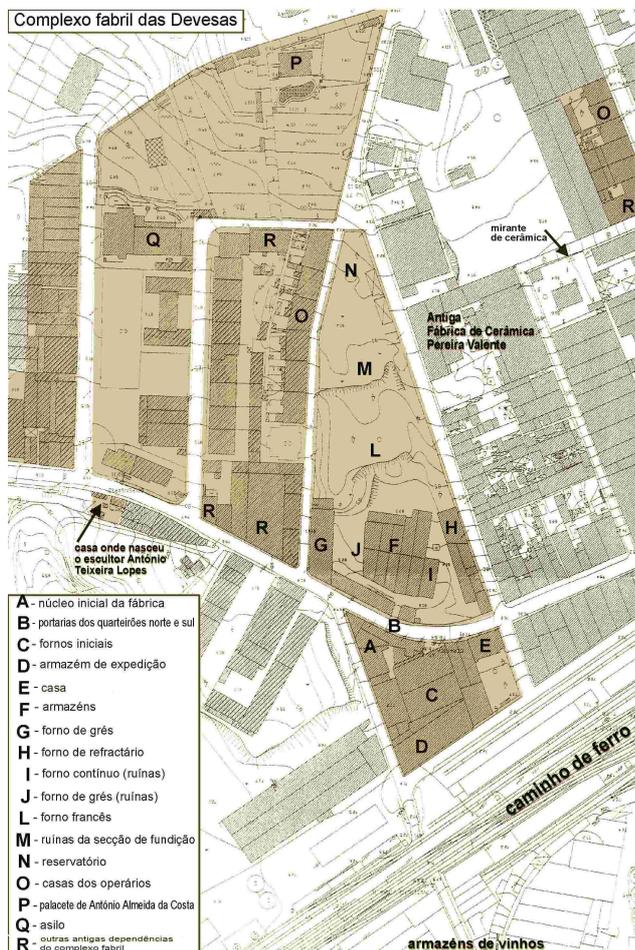


Fig. 15. Amplitude do complexo fabril das Devesas, em Vila Nova de Gaia, numa planta actual (o lado norte encontra-se em baixo). Confronte-se com a Fig. 58.

do o seu palacete de inspiração mourisca, casa essa que serviu de infantário nos últimos anos (Fig. 15: E; Fig. 19);

- O quartirão fabril a sul da Rua Conselheiro Veloso da Cruz, integrando diversas estruturas, nomeadamente vários fornos (Fig. 15: F, G, H, I, J, L, M, N; Fig. 20, Fig. 21 e Fig. 22);

- As casas dos operários e dos contramestres, em dois núcleos distintos (Fig. 15: O; Fig. 23 e Fig. 24);

- O palacete de António Almeida da Costa e respectivo jardim (Fig. 15: P; Fig. 25);

- O antigo asilo-creche, edificado em benefício dos trabalhadores da fábrica, o qual serviria de base para a posterior instituição da Misericórdia de Gaia (Fig. 15: Q; Fig. 26);

- Outros edifícios (Fig. 15: R), nomeadamente, a designada antiga creche da fábrica (também conhecido como o "palácio de cerâmica"), na Rua

Visconde das Devesas (Fig. 27); vários antigos armazéns fabris junto ao quartirão sul e à entrada principal para o jardim do palacete, assim como outras casas de habitação que também pertenceram ao complexo fabril e que possuem grande interesse arquitectónico (Fig. 28)



Fig. 16. Fachada principal do quartirão norte



Fig. 17. Quartirão norte (montagem de fotografias), podendo ver-se ao centro o corpo fabril que alberga os quatro fornos de cozedura de faiança e azulejo, três dos quais descortináveis pelas chaminés no perfil do telhado. À esquerda, o acesso à secretaria, mostruário e dependências administrativas. À direita, o acesso ao edifício do armazém de expedições.

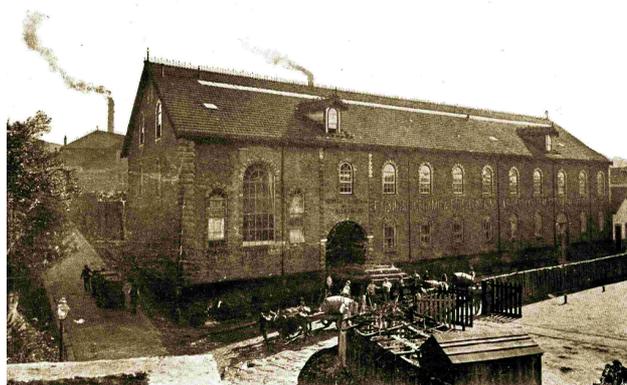


Fig. 18. Armazém de expedições (catálogo de 1910)



Fig. 19. Casa onde terá residido António Almeida da Costa antes de ter mandado construir o seu palacete.



Fig. 20. Forno francês, no quarteirão sul (foto de 2005)



Fig. 21. Um dos edifícios do quarteirão sul que serviu como depósito de materiais.

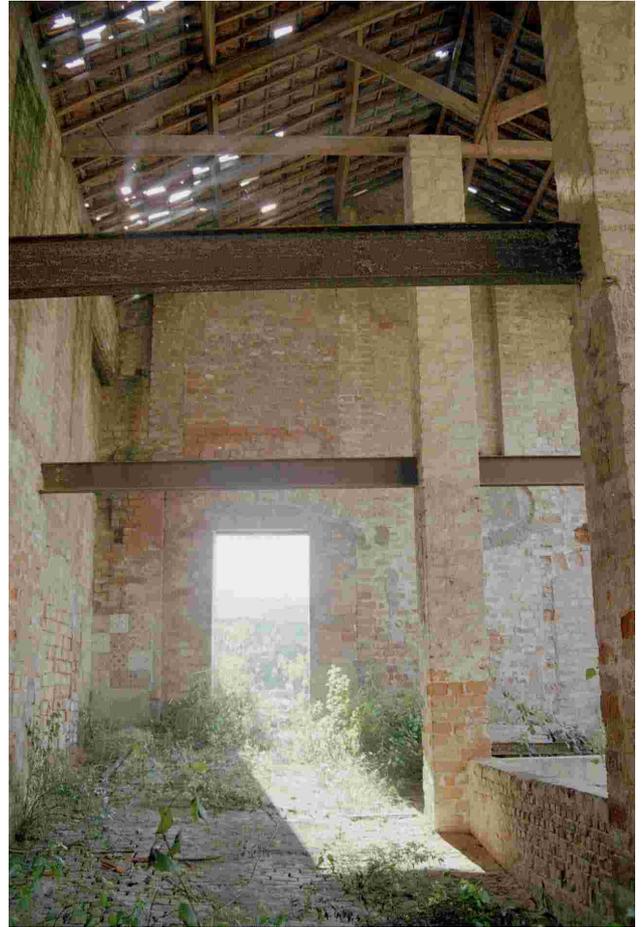


Fig. 22. Reservatório de água ao cima do quarteirão sul, vendo-se à esquerda uma das casas do bairro operário e, ao centro, em segundo plano, o palacete de António Almeida da Costa.

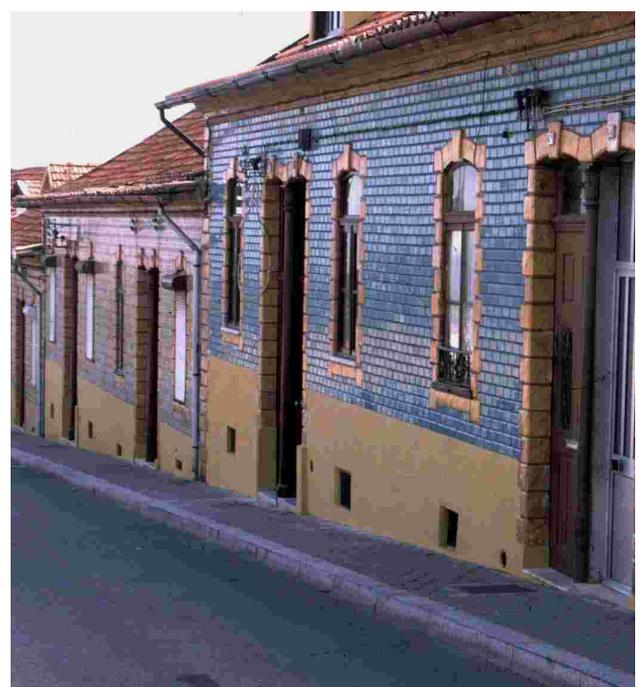


Fig. 23. Aspecto do bairro operário.



Fig. 24. Uma das casas do chamado "bairro dos contramestres", sendo evidente o abandono da mesma e a degradação dos revestimentos cerâmicos, assim como as tentativas ingénuas de restauro, cujos materiais empregues só têm acelerado mais a degradação.



Fig. 25. Palacete de António Almeida da Costa. Para além da sua arquitectura invulgar e consentânea com o gosto dos próprios edifícios fabris reformados na viragem do século XIX para o século XX, este palacete possui tectos muito interessantes no interior.



Fig. 26. Fachada do antigo asilo, obra excepcional e rara de arquitectura, escultura e decoração cerâmica.



Fig. 27. Este edifício, concluído em 1894, também integrava o complexo fabril. As suas fachadas são únicas no país e constituem o exemplo máximo da cerâmica aplicada à arquitectura do fim do século XIX. Depois de estar subdividido e arrendado pela Misericórdia de Gaia, que herdou o legado de António Almeida da Costa, ficou devoluto e acabou por ruir no seu interior. Há anos que se encontra escorado.



Fig. 28. Casas de sabor mourisco, que pertenceram ao complexo fabril.



Fig. 29. Detalhe da fachada da sucursal da Fábrica de Cerâmica das Devesas na Pampilhosa.

O conjunto cuja classificação foi requerida em 2003 integra ainda outros bens imóveis, fora de Vila Nova de Gaia:

- Na Pampilhosa do Botão (concelho da Mealhada), a sucursal da Fábrica das Devesas, especialmente o edifício que faz frente para o caminho de ferro, bem como o interior das restantes dependências fabris, com os seus maquinismos, chaminé oitocentista, etc. (Fig. 29 e Fig. 30):



Fig. 30. Nesta imagem vê-se à esquerda o corpo primitivo da sucursal da Pampilhosa, ainda da década de 1880, embora muito alterado em certas partes, e à direita o corpo construído mesmo em frente ao caminho de ferro no início do século XX. Dois passadiços ligavam os dois corpos. Ao fundo, ao centro, vislumbra-se a chaminé da vizinha fábrica da firma Mourão, Teixeira Lopes & Ca.

- No Porto, o antigo depósito da Fábrica das Devesas e a antiga oficina de cantarias no Porto, com fachadas para a Rua José Falcão e Rua da Conceição, bem como o pátio comum aos dois prédios.

Estado actual do complexo fabril, nas Devesas e na Pampilhosa

Em relação aos edifícios fabris situados nas Devesas, distingamos a situação da parte sul da fábrica daquela que afecta a parte norte.

No quarteirão sul, os edifícios foram caindo ao longo de várias décadas do século XX, por intervenções concretas de demolição, no contexto do Condicionamento Industrial do Estado Novo, ou, simplesmente, por falta de manutenção. Nos últimos vinte e cinco anos, esse contínuo decaimento tem sido efeito do estado de abandono próprio das propriedades para onde se prevejam urbanizações em que os promotores preferiam ignorar as preexistências. Hoje, restam os muros exteriores (mesmo assim já mutilados) e, no interior, alguns edifícios em avançado estado de ruína, para além de duas chaminés. Contudo, em termos de

estruturas semi-subterrâneas e subterrâneas, existem ainda muitos aspectos de interesse, não só individualmente, mas sobretudo como conjunto. Temos, pois, um quarteirão com muitos vazios à superfície, mas com muitos aspectos interessantes enterrados, alguns dos quais não totalmente revelados, o que permite uma relativa grande liberdade em termos de projecto de reabilitação e reedificação, com adaptação a novas funções, desde que haja conhecimento prévio do que se encontra enterrado, de modo a que possa ser feito o competente aproveitamento museológico.

No quarteirão sul do complexo fabril das Devesas, subsistiram quatro fornos contínuos rectangulares. De dois destes fornos existem apenas vestígios do pavimento inferior. Porém, os dois restantes estão quase completos, sendo distintos entre si. Um deles é o já referido forno francês paratella, que no exterior foi construído com granito, ao contrário de fornos semelhantes construídos mais tarde por fábricas que copiaram o modelo da Fábrica de Cerâmica das Devesas. O outro forno no quarteirão sul das Devesas, ainda com o seu enquadramento edificado, destinava-se a artefactos de grés. Neste quarteirão, subsistiu também um forno circular para material refractário e as ruínas de um outro para gesso, na antiga secção de fundição.

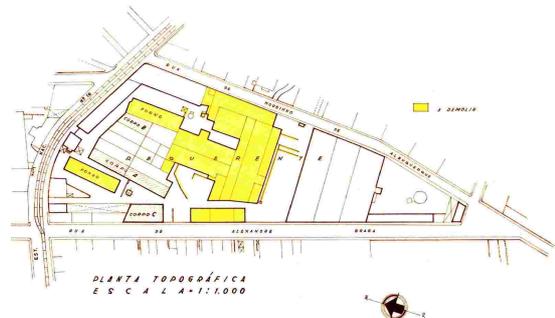


Fig. 31. Planta da década de 1940, com indicação dos edifícios que a Companhia Cerâmica das Devesas pretendia demolir no quarteirão sul



Fig. 32. Um dos armazéns que foi demolido há mais de meio século no quarteirão sul das Devesas.



Fig. 33. Contraste do estado de conservação entre os quarteirões sul (à esquerda) e norte, em fotografia de 2003. Passados alguns anos, deixou de ser seguro subir ao edifício de onde foi tirada esta fotografia. No canto inferior esquerdo vêem-se os orifícios do pavimento de um forno contínuo para grés, já demolido há muitas décadas. Na zona central, por debaixo da vegetação, esconde-se um túnel de ligação entre os dois quarteirões, o qual não foi ainda explorado em termos arqueológicos mas que se sabe estar parcialmente aluído.

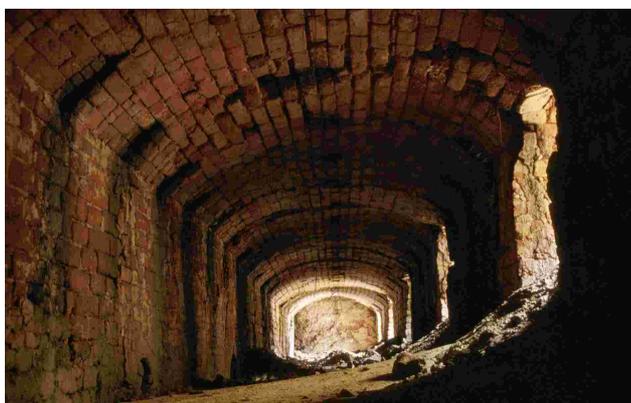


Fig. 34. Interior do forno francês para telha.

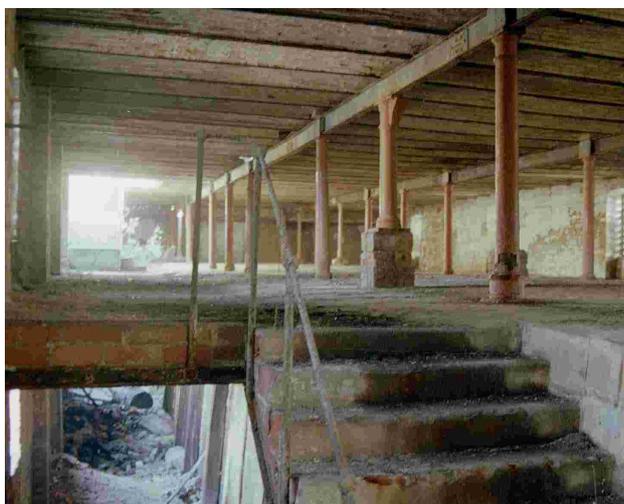


Fig. 35. Os dois planos do forno contínuo para grés que ainda se encontra preservado. As colunas sobre o forno foram executadas na fundição de metais do próprio complexo fabril, o que é caso único no país.

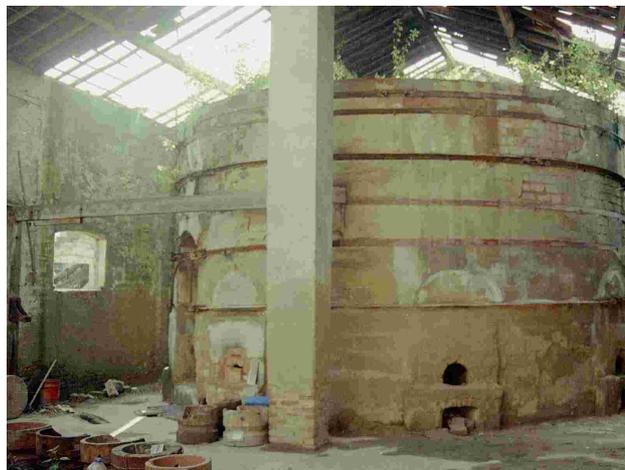


Fig. 36. Forno circular para refractário.

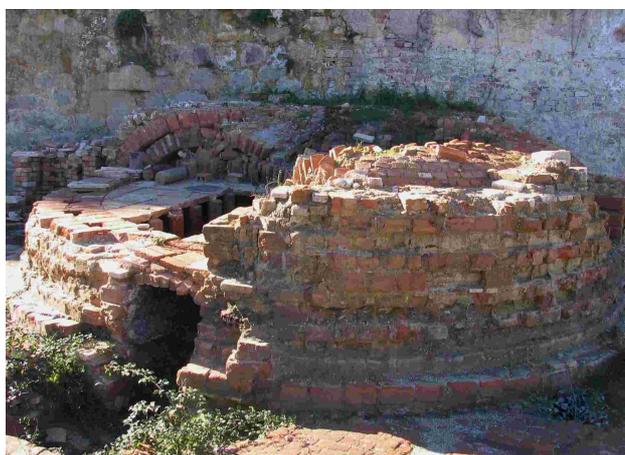


Fig. 37. Forno de gesso aluído, desenterrado aquando da escavações arqueológicas de 2004-2005.

Embora duas chaminés ainda estejam de pé, existem claros vestígios de uma outra, que servia o forno francês. É igualmente visível no quarteirão sul toda a plataforma de assentamento da serralharia e fundição de metais, com diversos vestígios de assentamento das máquinas e de outros equipamentos, assim como as inevitáveis camadas de escórias.

É de realçar a técnica de construção dos armazéns do quarteirão sul, com pisos superiores de madeira já muito apodrecidos e praticamente irrecuperáveis, mas ainda apoiados em vigas de aço de uma importante fábrica metalúrgica alemã. Sabemos que algumas colunas em ferro fundido foram executadas no próprio complexo fabril, assim como foram os materiais de construção das paredes dos armazéns, muitas vezes de refugo, o que torna estas paredes mais frágeis, mas, em contrapartida, eloquentes em termos de arqueologia industrial e uma mais-valia para a sua musealização.

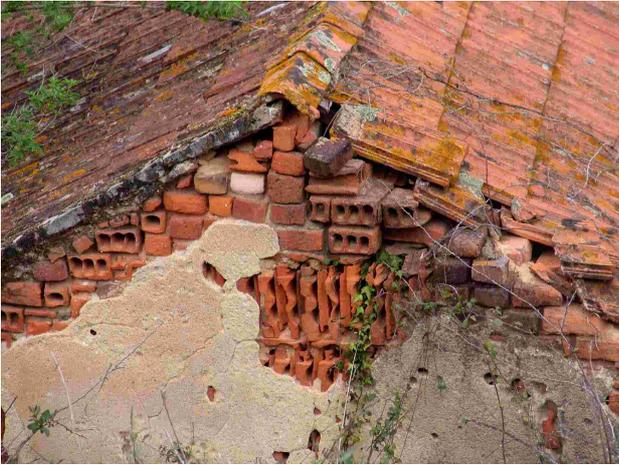


Fig. 38. Quer no núcleo das Devesas, quer na sucursal da Pampilhosa (à qual se reporta a imagem), a utilização de refugo para construção das estruturas da fábrica foi uma constante. Pode-se quase afirmar que o complexo fabril se construiu a si próprio, só raramente recorrendo-se a materiais que não saíram dos seus fornos. Este fenómeno não sucedeu apenas na Fábrica de Cerâmica e de Fundição das Devesas, mas também em muitas outras fábricas de cerâmica em Portugal (para não dizer em todas as do século XIX e início do século XX).

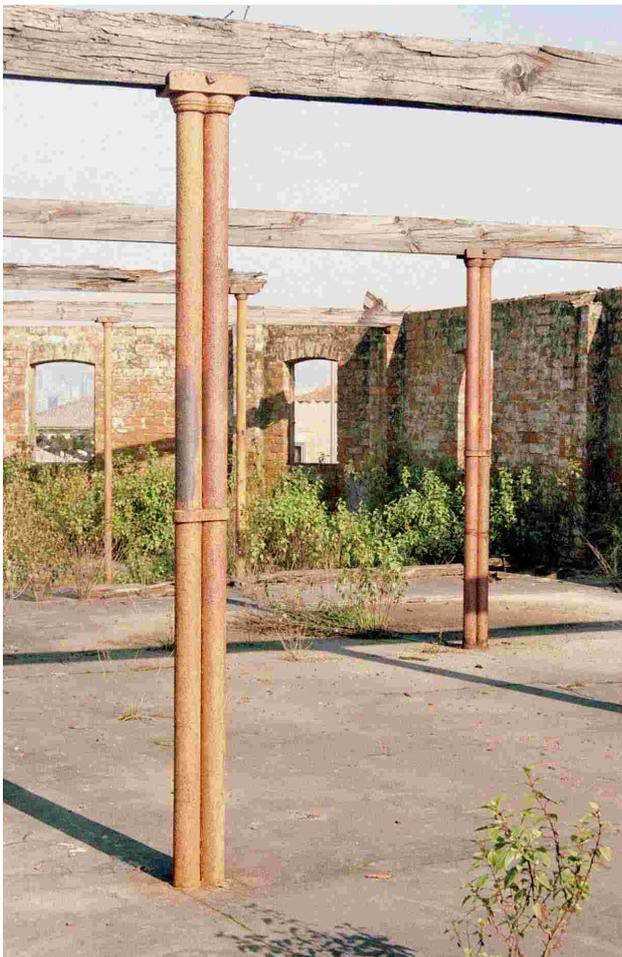


Fig. 39. Colunas geminadas num dos edifícios do quarteirão sul ao qual falta já a cobertura, pelo que a sua degradação tem sido muito rápida.



Fig. 40. Este trecho de um dos edifícios do quarteirão sul já não existe, dado que o escoramento foi insuficiente para compensar a fragilidade das vigas, profundamente atacadas pela oxidação derivada de uma exposição contínua às intempéries. Apesar de tudo, as coberturas podem ser reconstruídas nas partes em falta, dado que estão registadas em imagens.

Também constituem elementos interessantes para uma futura musealização vários outros detalhes estruturais existentes no quarteirão sul, em especial toda a rede de subterrâneos que se exigiam a um bem montado e grande estabelecimento industrial de cerâmica e de fundição do século XIX. Referimo-nos a cisternas e reservatórios de água, canais subterrâneos de ligação, nomeadamente entre fornos e chaminés, e até mesmo um túnel entre os dois quarteirões, norte e sul, cujo aproveitamento museológico é, não só muito útil em termos logísticos, como também importante em termos de atractividade turística.

Depois das escavações arqueológicas finalizadas em 2005, o quarteirão sul do complexo fabril das Devesas foi deixado novamente ao medrar do silvado. Supomos que só haverá alteração deste estado de coisas quando ficar definido o destino do projecto de urbanização para o local. Idealmente, deveriam ser feitas mais algumas escavações arqueológicas neste quarteirão, de modo a que o projecto final fosse ainda mais fundamentado e consciencioso. Isto, claro, para além da obrigação de acompanhamento e registo arqueológico de toda a obra que ali vier a ser empreendida, seja ela qual for. É claro que mais escavações prévias não interessam ao promotor e poderão mesmo precipitar o abandono do projecto imobiliário, dada a longa espera e a contínua diminuição da expectativa de lucro, cenário de

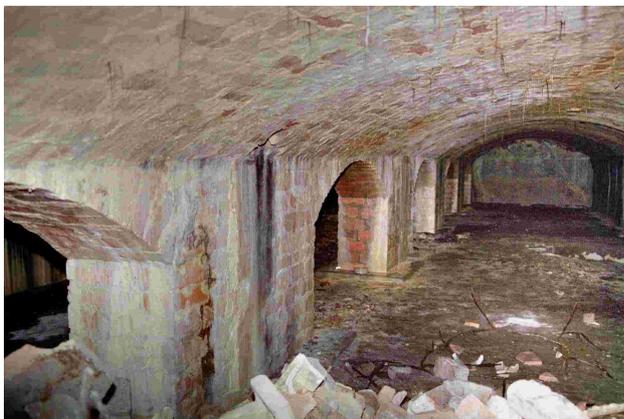


Fig. 41 e Fig. 42. Uma das várias cisternas do quartelão sul e uma escadaria para um subterrâneo no mesmo quartelão, estruturas que não surgiam em plantas antigas, as quais geralmente registavam apenas estruturas ao nível do solo. Estas, que as imagens mostram, foram descobertas pelas sondagens arqueológicas preliminares, pelo que é de esperar ainda mais algumas surpresas neste quartelão sul, que muito poderão enriquecer o desejado projecto museológico integrado.

abandono do projecto vocacionado para habitação, que é plausível, poderá adiar ainda mais uma solução e fazer com que o processo de decaimento se acentue. Ainda assim, as estruturas com maior interesse que subsistem no quartelão sul e que ainda podem ser rehabilitadas são sobretudo em pedra e tijolo, podendo subsistir por mais algum tempo sem manutenção e com níveis de degradação recuperáveis. O tempo favorece a degradação mas, no caso do quartelão sul, pode também favorecer uma solução mais interessante para todas as partes (especialmente para o interesse público), sobretudo se o quartelão norte vier a ser musealizado, como se exige e como supomos que seja quase inevitável.

Quanto ao quartelão norte do complexo fabril das Devesas, cuja origem é mais antiga, como se viu, encontra-se em situação de menor ruína. Mesmo assim, os já muitos anos sem manutenção

começaram a causar problemas graves de conservação em certos corpos edificados, nos quais nota-se o abaular dos telhados. Existem mesmo já buracos nos telhados dos edifícios administrativo e dos fornos, que irão precipitar a degradação dos mesmos nos próximos anos, se nada for feito. Refira-se ainda que algumas partes junto à entrada do quartelão norte estão também em ruína muito acelerada, dado sobretudo o furto das caixilharias em alumínio e respectivos vidros, que desde há anos permitem a entrada das chuvas e o apodrecimento das madeiras na zona sobre o portal principal.

Neste quartelão norte, destaca-se sobretudo o conjunto de quatro fornos de garrafa de grande dimensão, dois dos quais, os maiores, serão os mais antigos da fábrica, sendo no entanto diferentes entre si, ao contrário do que sucede com os restantes dois. Estes quatro fornos encontram-se escondidos por um edifício fabril, pelo que a sua dimensão só pode ser aferida indirectamente. Várias partes destes fornos foram escavadas na rocha, sendo as suas galerias inferiores um atractivo turístico inigualável no país neste género de arquitectura industrial, pois as galerias dos fornos da Fábrica Viúva Lamego – ainda que interessantes – são mais pequenas, de menor aparato e encontram-se algo descaracterizadas e dissimuladas.



Fig. 43. Galeria inferior de um dos fornos de garrafa da Fábrica de Cerâmica das Devesas, onde outrora se cozeram incontáveis azulejos e outros artefactos em faiança. Nenhuma imagem consegue captar o carácter destas galerias, que precisa ser apreendido in loco e que dificilmente se esquece. No contexto de uma musealização, este e os outros três fornos confinantes constituirão certamente o principal motivo imóvel de interesse para o normal visitante, assim como para o público infantil.

Ao edifício que envolve os quatro fornos de garrafa do quarteirão norte das Devesas faltam já alguns pisos superiores, propositadamente desmantelados, mas ainda recuperáveis, dado existir a respectiva estrutura metálica em razoável condição. Contudo, há o forte risco de o telhado começar a soçobrar e a degradação aumentar exponencialmente. A ausência destes vários pisos permitiu que captássemos algumas imagens da parte superior dos fornos (Fig. 44), a despeito das dificuldades colocadas pela habitual praga urbana dos pombos, que tem provado danos óbvios no espólio de várias dependências fabris.



Fig. 44. Secção superior de dois dos fornos de faiança da Fábrica de Cerâmica das Devesas.

Este espólio, espalhado por várias dependências, constitui-se de artefactos, moldes e documentos, geralmente em mau estado, mas em grande parte recuperáveis. Algum deste espólio data dos primeiros tempos da fábrica, havendo objectos com um valor histórico e estético muito importante. Realce-se sobretudo a saleta de mostruário de azulejos, com os padrões numerados, sendo que vários deles, talvez por não caberem na saleta, foram sendo dispostos à entrada da fábrica. Infelizmente, os da entrada foram furtados há alguns anos, tendo os restantes ficado mutilados pelas tentativas de os retirar. O mesmo sucedeu a algumas peças de decoração da platibanda do edifício, em que só as cabeças foram retiradas, ao que se julga para ornamentar os jardins de moradias de um gosto novo-riquismo piroso da pior espécie, a julgar pelo que também sucede, por exemplo, com estátuas e outros artefactos cerâmicos furtados de jazigos abandonados dos grandes cemitérios portugueses. Embora estas peças das

Devesas pouco valham avulso no mercado, são inestimáveis no seu contexto. O mesmo se aplica a outro espólio subsistente no quarteirão norte do complexo fabril das Devesas, que só tem valor em conjunto, no próprio local ou devidamente enquadrado por estudo. Aliás, é de realçar que muito do espólio poderá ter um valor superior ao que hoje se conhece, dado que não está estudado.

O facto de, nos últimos anos, ter funcionado uma secretaria da Companhia Cerâmica das Devesas no quarteirão norte tem dissuadido furtos e vandalismo, mas não logrou impedi-lo totalmente. Várias peças fundamentais da história da fábrica desapareceram nos últimos anos através de furto, como o próprio busto de António Almeida da Costa que encimava há mais de noventa anos a fachada principal. Outros elementos desapareceram por acções bem mais ingénuas, mas igualmente danosas, como sucedeu com os carris do ramal privativo de caminho de ferro (Fig. 46).



Fig. 45. Busto de António Almeida da Costa, furtado da fachada da Fábrica de Cerâmica das Devesas há alguns anos. Por baixo, vê-se parte da alegoria às artes cerâmicas, à indústria e ao comércio, a qual repete-se em várias fachadas dos edifícios fabris (Devesas, Porto e Pampilhosa) e também

no catálogo de 1910, correspondendo precisamente a um complexo de artes industriais e não apenas uma fábrica de objectos cerâmicos.

Relativamente aos edifícios que António Almeida da Costa mandou construir para si, para albergar obras de beneficência ou para apoio à fábrica, alguns já desapareceram. Contudo, os mais interessantes ainda estão de pé, apesar de terem ocorrido perdas irreparáveis em alguns, como no belíssimo edifício apalaçado da Rua Visconde das Devesas (Fig. 27). Outros edifícios de carácter único, pertencentes ao complexo fabril, sofrem também de vários problemas: ou estão devolutos, ou estão mesmo abandonados, ou apenas possuem as fachadas, ou estão descaracterizados, ou estão prejudicados pelas dissonâncias estéticas dos edifícios confinantes, o que no caso que nos ocupa é um problema sério, tendo em conta que o complexo fabril ultrapassa largamente os dois quarteirões fabris, mas não de modo contínuo. Por conseguinte, as dissonâncias prejudicam muito a leitura de conjunto.

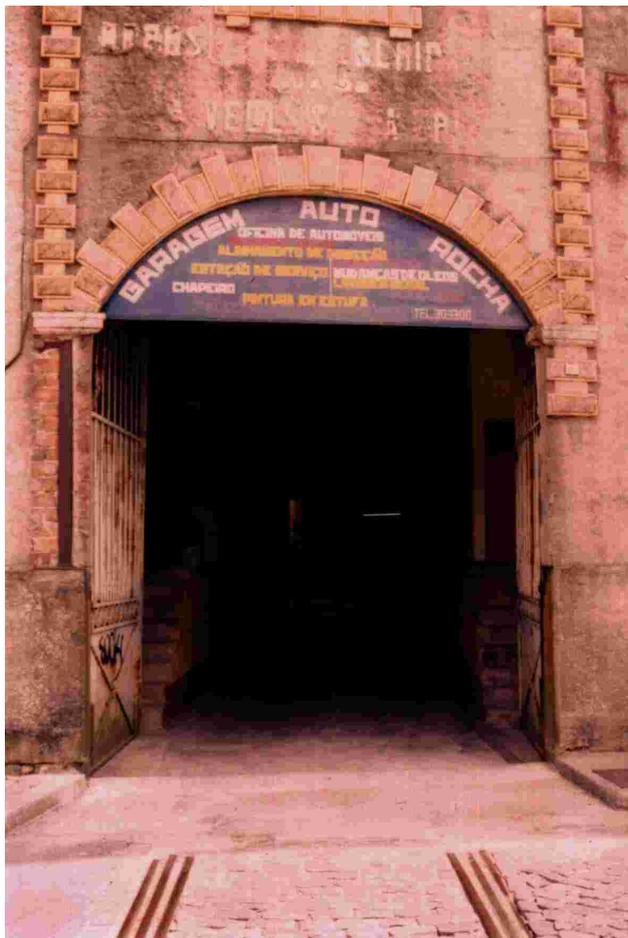


Fig. 46. O antigo armazém de expedições possuía um ramal

privativo de ligação à Linha do Norte, cujos últimos vestígios foram retirados em 2006, quando se substituiu o pavimento da rua. Este exemplo mostra claramente como a gestão do património arquitectónico está cheia de equívocos, uma vez que os carris, mesmo estando sobre via pública, pertenciam ao todo do complexo fabril. Em última análise, os carris estavam dentro da área de protecção de um imóvel em vias de classificação e conferiam-lhe a necessária leitura de ligação ao caminho de ferro, o que não foi entendido por quem projecto e/ou executou a obra, facto que é de realçar pela negativa, tratando-se de vestígios de arqueologia industrial que nem sequer prejudicavam a circulação automóvel.

São poucos os edifícios do complexo fabril das Devesas que se encontram em bom estado de conservação e ainda com um uso corrente adequado à sua função inicial. É o que sucede com as casas dos operários situadas junto ao quarteirão sul, as quais são talvez das mais interessantes que se construíram nessa época em Portugal. Apesar de tudo, algumas encontram-se algo descaracterizadas e com problemas conservativos ao nível dos azulejos, o que não é de estranhar, dado que os padrões de exigência nas intervenções de restauro destas casas só poderão aumentar se o todo do complexo fabril for salvaguardado e valorizado.

A mesma relatividade nos padrões de exigência aplica-se à sucursal da Pampilhosa. A actuação da delegação regional de Coimbra do IPPAR (hoje IGESPAR) tem sido qualitativamente inferior à da delegação do Porto no que diz respeito a este complexo fabril. Tal seria compreensível pelo facto da sucursal não possuir tanto valor patrimonial como a fábrica-mãe. E estando a musealização da fábrica-mãe num perigoso impasse, os níveis de exigência subentendidos para o caso da Pampilhosa mantêm-se perigosamente baixos. Contudo, lembramos que na Pampilhosa existiram três fábricas de cerâmica contíguas, com importantes barreiras anexas. Tratando-se de uma terra pequena, praticamente toda a história local recente está ligada à cerâmica, actividade que assume um fortíssimo carácter identitário, ainda que alguns a entendam também na perspectiva pejorativa de uma actividade associada à miséria da classe operária. A Câmara Municipal da Mealhada também não tem mostrado interesse claro no património fabril cerâmico da Pampilhosa, uma vez que já permitiu a demolição de uma das três fábricas (Fig. 5). Ainda assim, numa recente revisão do PDM da Mealhada, as fábricas de

cerâmica na Pampilhosa foram novamente consideradas como imóveis com certo interesse patrimonial. Apenas o GEDEPA, associação local de etnografia e defesa do Património, tem feito a salvaguarda desta memória, ainda que a uma escala que não tem impedido o decaimento dos próprios edifícios²⁷.



Fig. 47. Chaminé oitocentista e chaminé mais tardia, na sucursal da Pampilhosa.

A sucursal das Devesas na Pampilhosa desenvolve-se em torno de um corpo central primitivo, muito alterado nas últimas décadas de laboração da fábrica e já numa fase de decadência económica desta, tendo ficado incompleta a intervenção, o que prejudica a leitura global do edifício fabril. Neste corpo central primitivo situa-se o forno contínuo, ficando a sul e a norte deste várias e vastas dependências de armazenamento de telha e de outros artefactos para construção. Também por aqui se situa a secção de recepção e tratamento do barro, trazido por vagonetas desde as barreiras situadas a poente, onde actualmente vê-se um vasto matagal com grandes depressões no terreno, indício evidente da sua exploração intensiva. Em pequenos compartimentos anexos ao corpo central da fábrica situam-se ainda os vestígios de arrecadações e a oficina de serralharia, uma das suas mais interessantes dependências (Fig. 6 e Fig. 7). A chaminé oitocentista também ainda está no local, em razoável estado de conservação. Neste edifício central situam-se igualmente as estufas, servidas por um sistema de

carris, que também existia na fábrica-mãe em Vila Nova de Gaia e que ainda pode ser recriado no âmbito de um projecto de musealização, com base em plantas e fotografias antigas.



Fig. 48. O edifício de armazém, expedição e escritórios, edificado em 1901 junto à estação ferroviária da Pampilhosa, encontra-se em avançado estado de ruína, que esta foto de 2005 não pode sequer reflectir totalmente.

No edifício construído em 1901, mesmo junto à via férrea, situavam-se o escritório, a secretaria, o mostruário, as instalações sanitárias e o depósito de produtos da sociedade "António Almeida da Costa & Ca.". A sul, um telheiro servia de armazém de expedição, assim como a norte existia um terraço que servia de depósito de expedição para os produtos de grés. Neste edifício junto à via férrea situava-se também o arquivo de fôrmas das peças produzidas. O dito edifício está em ruína muito avançada, que poderá ser quase irreparável se não houver uma intervenção nos próximos anos. Refira-se que a qualidade estética do imóvel e de tal ordem que alguns dos turistas que por ali passam de comboio julgam tratar-se da fachada de um palácio e não de uma fábrica. A sucursal das Devesas na Pampilhosa possuía ainda muitas outras pequenas dependências que, actualmente, encontram-se em perigosa ruína ou envolvidas por matagal.

Para que seja sustentável, a salvaguarda e valorização da sucursal das Devesas na Pampilhosa poderá não passar propriamente por uma musealização, mas sim pela adaptação a fins públicos, eventualmente de forma articulada com a contígua fábrica outrora pertencente à firma Mourão, Teixeira Lopes & C.^a. Sucede, porém, que as estruturas em causa implicam fortes investimentos na recuperação. Ora, a posição periférica



Fig. 49. Vários artefactos cerâmicos para construção que se encontram numa sala exclusivamente dedicada à cerâmica industrial, na sede do GEDEPA, na Pampilhosa.

face aos grandes pólos culturais, num local economicamente depauperado, em muito cerceia as soluções para a sucursal das Devesas na Pampilhosa. Neste contexto territorial e social, mesmo um projecto de afectação a valências públicas, com carácter polivalente – o que será aconselhável, dada a escala dos edifícios, em desproporção face à escala urbana do lugar – constitui um desafio só ultrapassável por conjugação de esforços, em que a autarquia terá de verdadeiramente assumir a sua responsabilidade, na medida das suas possibilidades, ainda que a iniciativa privada, se compatível com os propósitos de preservação, deva ser encorajada.

Embora auguremos o melhor desfecho possível para a preservação deste importantíssimo património industrial edificado por António Almeida da Costa e seus colaboradores, quer nas Devesas, quer na Pampilhosa, temos consciência que é necessário fazer cedências. Algumas das

cedências talvez tenham de ser feitas ao decaimento próprio da passagem do tempo, pois a experiência passada leva-nos a prever mais burocracia para o futuro e consequentes perdas que não são reparáveis. Por outro lado, não podemos nem devemos presumir que todos os edifícios do complexo fabril das Devesas, em Vila Nova de Gaia ou na Pampilhosa, merecem ser irrepreensivelmente preservados. Todavia, sobretudo no caso de Vila Nova de Gaia, é bem merecida uma valorização global, o que passa directamente pela preservação, em maior ou menor grau, de tudo o que pertenceu ao complexo fabril das Devesas, até como forma de contrariar a descaracterização que já foi feita nos próprios edifícios e no seu entorno. Por outro lado, no caso de Vila Nova de Gaia, o potencial do complexo fabril é de tal ordem que se torna possível – ainda que isso dependa muito da congregação de esforços – um projecto suficientemente ambicioso para envolver todos os

antigos edifícios fabris, mesmo os menos interessantes, como abordaremos de seguida. No caso da Pampilhosa, é a circunstância de existirem duas fábricas (e parte da chaminé de uma terceira) em simultâneo com as barreiras, num espaço não intervalado por outras construções, que aconselha a preservação de todas as estruturas, mesmo que algumas não possuam suficiente valor patrimonial isoladamente. No caso da Pampilhosa, porém, a fasquia da ambição não pode ser colocada muito alto e é quase certo que alguns edifícios terão de ser sacrificados. A resposta deverá passar por projectos que se adequem o mais possível ao carácter dos edifícios fabris, à sua dimensão e articulação entre os volumes, sendo importante que uma parte fique salvaguardada como memória, mesmo que não venha a ser constituído um museu propriamente dito. O GEDEPA poderá constituir um parceiro válido neste aspecto, até porque guarda espólio relacionado com as fábricas de cerâmica da Pampilhosa.

As outras antigas fábricas de cerâmica de Gaia

Já esclarecemos que a necessidade de preservação dos edifícios fabris do complexo cerâmico das Devesas, quer em Vila Nova de Gaia, quer na Pampilhosa (já para não falar no Porto) não deve ser motivada por um mero fundamentalismo musealizador. Do mesmo modo, não defendemos que se deva preservar tudo o que é antiga fábrica de cerâmica, assim como não julgamos sensato defender a preservação de toda e qualquer antiga fábrica, mesmo nos círculos mais eruditos (se assim se pode dizer) da Arqueologia Industrial. Sucede, porém, que a possibilidade do estudo generalizado de antigas fábricas deve ser garantida, mesmo quando as mesmas tenham de ser depois totalmente sacrificadas. Sucede também que certas áreas industriais, por diversas razões, assumem maior importância num determinado país, numa determinada região - como sucede com a cerâmica em Portugal, e em Gaia concretamente. Sucede ainda que a necessidade de preservar incrementa-se quando há já poucos exemplares de fábricas "históricas" passíveis de salvaguarda e valorização. No caso da cerâmica, ainda existem várias em Portugal nesta situação, algumas das quais em Gaia. Contudo, isso não significa que a

preservação e valorização da Fábrica de Cerâmica das Devesas – a concretizar-se – seja justificação para que as demais fábricas de cerâmica em Gaia possam ser, pura e simplesmente, obliteradas. Muito pelo contrário, com iremos fundamentar de seguida.

O que resta das restantes antigas fábricas de cerâmica em Gaia está em situação semelhante, senão mesmo pior, à da Fábrica de Cerâmica das Devesas.

A Fábrica Pereira Valente, situada junto ao quarteirão sul da Fábrica de Cerâmica das Devesas (Fig. 15), encontra-se muito descaracterizada e quase cingida a uma fachada, estando hoje a albergar uma empresa do ramo automóvel. Apenas se poderá salvaguardar o interesse arqueológico, caso o edifício venha a sofrer transformações profundas, assim como se poderá evitar que sofra maior descaracterização, até porque tal descaracterização prejudicaria a leitura de qualquer projecto de musealização total ou parcial do quarteirão sul da Fábrica de Cerâmica das Devesas.



Fig. 50. A classificação patrimonial que tinha a Fábrica do Carvalhinho, unidade cerâmica que se mudara do Porto para Vila Nova de Gaia na década de 1920, não salvaguardou o que na fábrica era mais interessante, tendo ficado apenas o que era mais aparatoso, o que era mais difícil de demolir e o que roubava menos espaço ao empreendimento imobiliário, ou seja, a chaminé.

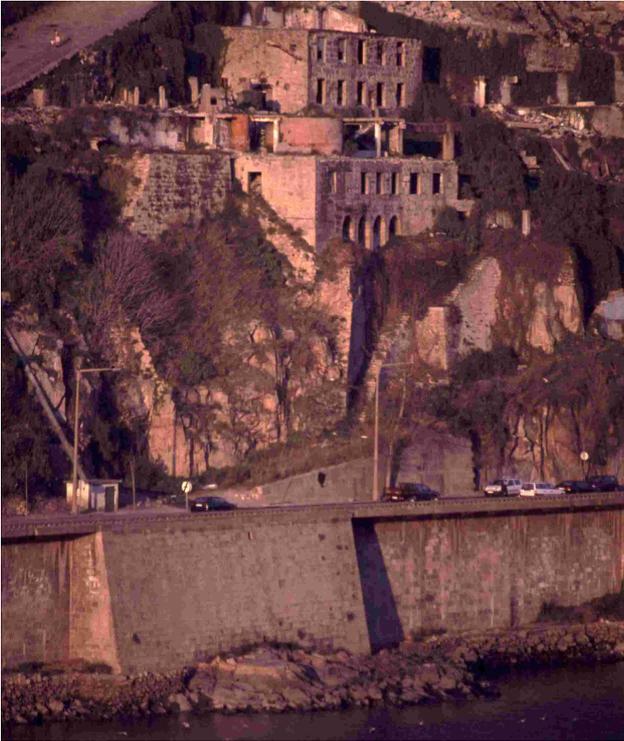


Fig. 51. Também a primitiva Fábrica do Carvalhinho, no Porto, constitui um edifício industrial muito interessante, cuja persistência até aos dias de hoje muito se deveu à sua localização inusitada em escarpa, onde não são viáveis empreendimentos imobiliários. Mas também por isso, a sua salvaguarda e valorização podem constituir a âncora para a reabilitação urbana de toda aquela zona tão depauperada.

A Fábrica de Cerâmica do Fojo, que foi a última das antigas fábricas de Vila Nova de Gaia a fechar, está a entrar em ruína acelerada. Contudo, tratando-se de uma fábrica de interesse histórico muito relativo e que produziu apenas materiais de construção, não se antevê que venha a ter um qualquer tipo de tratamento patrimonial.

Quanto à Fábrica do Cavaco, encontra-se em ruínas. Como passou por outro ramo industrial depois de ter sido cerâmica, ficou bastante descaracterizada e, aparentemente, perdeu muito do seu carácter inicial. Sofreu também uma demolição parcial há alguns anos. Ainda assim, pela sua importância histórica merece - pelo menos - que seja devidamente estudada em termos arqueológicos, para além de mantidas as suas fachadas.

Relativamente ao estudo arqueológico, sustentamos que este deve estender-se, com maior ou menor profundidade, a todas as antigas fábricas de cerâmica de Gaia que estão encerradas ou em ruínas, tal como passou a estar claramente previsto no contexto da revisão do respectivo PDM, tendo em conta que Gaia foi o principal centro de cerâmica do país durante mais de um século e muito teríamos todos a ganhar com esse estudo.

Fig. 52. Ruínas da Fábrica do Monte Cavaco, expectantes por um estudo arqueológico e por uma adequada reabilitação arquitectónica.



Aliás, é precisamente esse o caminho que tem sido seguido nas antigas fábricas de cerâmica da cidade do Porto, que não se podem dissociar das de Gaia. No Porto, onde a arqueologia urbana está bastante mais desenvolvida e estruturada ao nível autárquico, foram feitas algumas sondagens recentes na Fábrica de Cerâmica de Miragaia e escavações mais intensivas na antiga Fábrica de Cerâmica de Massarelos, de modo a que as ruínas desta pudessem ser adaptadas a fins habitacionais com perdas patrimoniais mínimas. O exemplo de Massarelos poderia aplicar-se à Fábrica do Cavaco, já que em ambas a actividade cerâmica ficou parcialmente apagada por outros usos posteriores.

Também merece um estudo arqueológico a Fábrica do Monte Cavaco, em Gaia, onde subsistem as paredes e outras estruturas escondidas pela vegetação. Esta fábrica, pela sua antiguidade, localização e enquadramento, assim como pela sua arquitectura, merece uma recuperação que respeite a memória fabril e de quinta, que também foi, o que é possível e até apetecível com financiamento privado. Não cremos, pois, que seja necessário musealizar esta fábrica. Será suficiente estudá-la e recuperar o edifício com cuidado, adaptando-o a outras funções. O leque de hipótese para a sua reabilitação é grande e depende muito do que for planeado para a zona em termos de ordenamento do território, nomeadamente como consequência das acções do Programa Polis.



Fig. 53. Edifício setecentista onde esteve instalada a Fábrica do Senhor de Além, engenhosamente adaptado ao declive e praticamente camuflado pela base granítica onde assenta, em posição bucólica junto ao Douro, quase a exigir uma reabilitação arquitectónica irrepreensível.

A Fábrica do Senhor de Além, sobre umas fragas sobranceiras ao Rio Douro, encontra-se em ruínas há anos e apenas com as paredes ao alto. É mais uma fábrica de Gaia que, tal como a do Monte Cavaco, necessita de um estudo arqueológico e de uma reabilitação, a qual não precisa de passar pela musealização, mas apenas pelo respeito da memória do edifício, quer como fábrica, quer como recolhimento religioso, que também foi.



Fig. 54 e Fig. 55. A Fábrica de Santo António do Vale da Piedade é um caso invulgar que merece ser destacado no Património Industrial Cerâmico do país.

Já o caso da Fábrica de Santo António do Vale da Piedade é mais delicado. Esta fábrica teve vários edifícios. Hoje, porém, resume-se a um conjunto de socalcos de grande potencial arqueológico e a um edifício de carácter marcadamente vertical. A antiguidade deste edifício, cuja construção remontará à primeira metade do século XIX (embora possa ter fundações mais antigas, tendo até em conta o estabelecimento setecentista da própria fábrica), revela-se precisamente no facto de não parecer ser sequer uma fábrica. Estamos,

provavelmente, perante o mais antigo edifício fabril cerâmico construído de raiz subsistente em Portugal e um dos mais antigos que ainda existem no mundo, sendo que o referido edifício, com as suas sacadas de granito e grades de ferro forjado, recebeu ornamentação cerâmica do século XIX, produzida pela própria fábrica, alguma da qual extremamente rara. Estamos também perante a segunda mais importante e influente fábrica do núcleo cerâmico de Gaia/Porto. Note-se, porém, que o seu carácter aparentemente secundário não deixa de ser enganador. Embora não haja ainda estudos concretos sobre a questão, todos os indícios apontam para que a Fábrica de Santo António do Vale da Piedade tenha exercido grande influência no fenómeno da ornamentação cerâmica de edifícios no Brasil, maior ainda que a influência da Fábrica de Cerâmica das Devesas e, no caso de Lisboa, do que a da Fábrica Viúva Lamego.

Infelizmente, por detrás deste edifício da Fábrica de Santo António do Vale da Piedade, há vários anos devoluto e em risco iminente de ruína parcial, encontra-se um bairro de barracas. Temos, pois, uma problema social a juntar ao problema de salvaguarda (QUEIROZ / Domingues, 2008). Em contrapartida, temos uma fábrica situada num local extremamente apetecível para a iniciativa privada e cuja recuperação arquitectónica propriamente dita não ficará muito dispendiosa. Atendendo às características do terreno, à localização numa zona de forte potencial turístico e ao perfil do edifício fabril subsistente, poder-se-á pensar também numa musealização desta fábrica, o que apenas seria necessário no referido edifício e não nos terrenos em volta, onde felizmente já se fizeram algumas sondagens arqueológicas. Em suma, a Fábrica de Santo António do Vale da Piedade poderia constituir um núcleo museológico comple-

Fig. 56. Detalhe dos beirais da Fábrica de Santo António do Vale da Piedade, onde existe aquele que será provavelmente o mais diversificado núcleo de calões decorados *in situ* no país, o qual está em sérios riscos de desaparecer se não forem tomadas medidas de salvaguarda, dado que o telhado está hoje em situação periclitante, que esta fotografia, mais antiga, ainda não mostra.



mentar à Fábrica de Cerâmica das Devesas, mais vocacionado para a interpretação do singular edifício e não tanto para a exposição de espólio, cuja natureza é aqui sobretudo arqueológica. No mínimo, todo o edifício fabril do Vale da Piedade, nos seus revestimentos, mostruário, calões decorados e outros elementos deve ser recuperado de forma muito cuidada.

A questão da musealização da Fábrica de Cerâmica das Devesas

Em nossa opinião, a musealização da profundamente identitária indústria cerâmica de Gaia deve incidir na Fábrica de Cerâmica das Devesas. Foi a melhor, a maior, a mais influente em termos estéticos, para além de possuir hoje as estruturas fabris mais representativas em quantidade, qualidade e precocidade, as quais – apesar de tudo – são também as que estão em melhor estado de conservação nas antigas fábricas de Gaia. Outras razões apontaremos adiante para justificar esta hipótese e que se prendem com a necessidade de um Restauro Urbano Integrado em Vila Nova de Gaia.

O espólio cerâmico recolhido em trabalhos arqueológicos a realizar noutras fábricas deverá integrar, pois, as reservas desse futuro museu nas Devesas, em volta do qual terá de girar o estudo da questão, articulando-se com a Casa Museu Teixeira Lopes, que está indelevelmente ligada à Fábrica de Cerâmica das Devesas, mas que alberga sobretudo escultura e obras mais eruditas de cerâmica. Em conjunto com a recuperação arquitectónica de outras antigas fábricas de cerâmica do núcleo Gaia/Porto, ainda que com funções diversas, poderíamos ter aqui um verdadeiro cluster de Património Industrial Cerâmico, com importância mundial, o que se justifica perfeitamente e é possível realizar-se.

Ora, conforme pensamos ter já demonstrado, os sucessivos projectos de urbanização para o quarteirão sul da Fábrica de Cerâmica das Devesas não pretendem valorizar aquela zona em termos patrimoniais ou turísticos. Antes destinam-se a corresponder ao legítimo objectivo de lucro por parte do promotor. Contudo, se facilmente se admite que a Fábrica de Cerâmica das Devesas é um Património que pertence a todos, deixa de ser

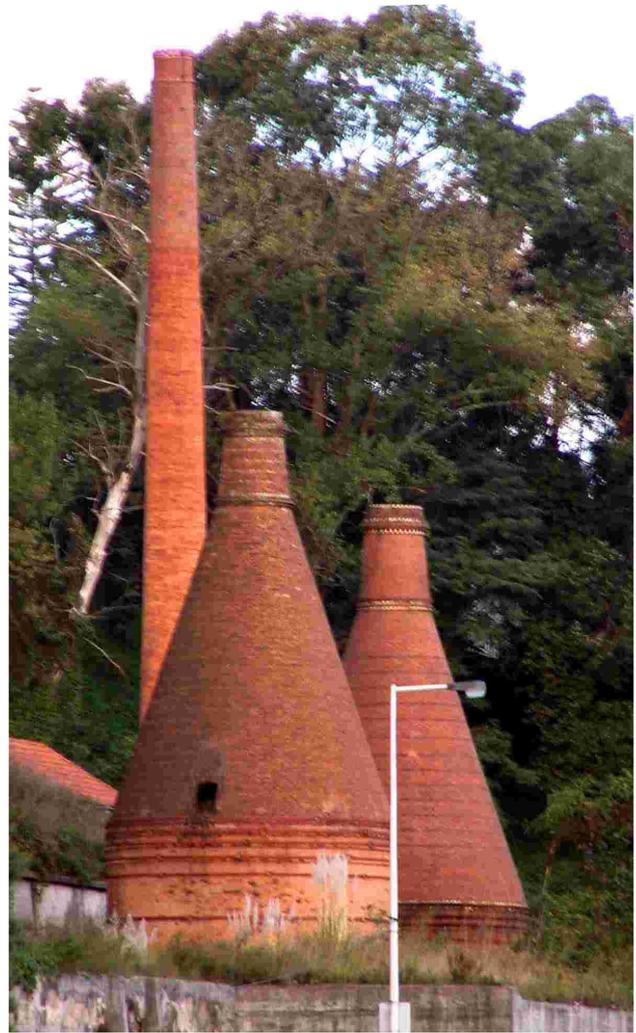


Fig. 57. A situação de descontextualização, de aparente desresponsabilização pela manutenção e de falta de valorização dos dois fornos novecentistas da Fábrica de Massarelos, em Quebrantões Norte (Porto), é uma antevisão do que poderá suceder às estruturas fabris do quarteirão sul das Devesas se avançar o projecto de 2005 para o mesmo, com a agravante de, no caso da Fábrica de Cerâmica das Devesas, essas estruturas poderem ficar escondidas no meio de um condomínio fechado.

legítimo que o promotor venha a ser o único beneficiado. As também sucessivas concessões feitas em termos de projecto, de modo a respeitar estruturas evidenciadas pelos trabalhos arqueológicos e mesmo a tornar fruível pelo público alguma parte deste quarteirão sul, têm sido um bem avanço, mas não um avanço suficiente na perspectiva do interesse geral, que é o que deve prevalecer.

Muito pouco se obterá como mais-valia caso o dito projecto de urbanização avance, uma vez que este limita-se a criar uma área residencial pouco diferente de tantas outras, num sítio cheio de potencial para desígnios mais elevados.

Ao mesmo tempo que mantém algumas estruturas fabris, o projecto destrói também grande parte de uma das jóias do património industrial do país e – mais importante – amputa a leitura do complexo fabril, cortando ligações visuais e retirando valor a todas as estruturas arquitectónicas confinantes, sobretudo ao palacete do fundador, às casas dos operários e ao quarteirão norte da fábrica, que é o local indicado para centralizar um futuro museu da cerâmica, como já há alguns anos tem sido apontado e proposto por vários responsáveis pelo Património, autarcas e investigadores.

Ora, a concretização do actual projecto de urbanização para o quarteirão sul implicará destruir valências que dariam ao futuro museu todo o sentido, como o túnel de ligação entre os dois quarteirões – que o projecto de urbanização naturalmente ignora, dado que se confina a um só quarteirão, não possuindo carácter integrado. Em suma, com este projecto de urbanização para o quarteirão sul, fica prejudicado qualquer aproveitamento do quarteirão norte para utilidade pública (equipamento cultural e/ou turístico), diminuindo-se o seu impacto e a quantidade de oferta cultural que poderia gerar.

Se o complexo fabril das Devesas nasceu a partir de um primeiro núcleo do lado norte, os dois quarteirões são claramente complementares e, caso seja desvirtuado o quarteirão sul, perde-se o contexto de todo o complexo fabril empobrecendo-se o potencial do próprio quarteirão norte, cuja musealização julgamos imperiosa e urgente. De facto, é um erro entender o núcleo sul das Devesas como elemento isolado. Há que realçar o extremo interesse do antigo complexo fabril como um todo, pois ainda contém várias antigas estruturas articuladas, sendo que aquelas que já desapareceram podem ser recriadas em parte (como o sistema de carris). Além disso, realçamos também a posição privilegiada do referido complexo num espaço confinante com o centro histórico, junto à estação de caminho de ferro, no eixo viário de acesso à actual Câmara Municipal, passando pela Casa Museu Teixeira Lopes e pelo futuro arquivo histórico. Encontra-se, pois, numa situação bastante privilegiada e seria conveniente destinar a um fim nobre e compatível todas as estruturas arquitectónicas deste complexo que não venham eventualmente a funcionar como museu no sentido tradicional.

O complexo fabril das Devesas, como virtual projecto museológico, é muito interessante sobretudo pelas estruturas e pela sua articulação entre si. Adicionalmente, em termos de espólio, dada a sua vastidão, importância e interesse, julgamos que pode ser suficiente a afectação do quarteirão norte para a sua exposição, para as reservas, para acolhimento de visitantes e serviços de conservação, investigação e administração de um futuro museu que equivalha à importância do complexo e que recolha também espólio arqueológico das outras fábricas, como preconizamos. Contudo, atendendo aos elevados custos previsivelmente envolvidos na reabilitação arquitectónica do quarteirão norte, poderá ser necessária uma ou mais parcerias com privados, tendo como eventual contrapartida uma afectação diversificada deste quarteirão, o que nos parece admissível se for feita com cuidado e se essa afectação tiver carácter turístico-cultural, em consonância com a localização privilegiada do imóvel e as suas próprias características. Neste cenário, as estruturas preservadas do quarteirão sul também poderiam, em parte, albergar os serviços do museu e, no restante, servir para um equipamento público compatível com a função do referido museu, embora este outro equipamento público pudesse ser concebido com menores constrangimentos patrimoniais no quarteirão sul, sendo aproveitados os amplos vãos dos edifícios arruinados. Mais uma vez lembramos que a recuperação do túnel entre os dois quarteirões poderá ser uma importante mais-valia para a reabilitação integrada. Por outro lado, é também possível e desejável que fique pedonal a rua de intermeio entre os quarteirões, mesmo que o museu propriamente dito não se estenda do quarteirão norte para o quarteirão sul.

Todo e qualquer projecto para este sítio deve partir do princípio de que o quarteirão sul também ficará parcialmente preservado e musealizado, em articulação com o quarteirão norte, permitindo toda a visibilidade para as casas dos operários e para o palacete do fundador da fábrica. Ao contrário do que possa parecer, este princípio não é limitador: são muitas as hipóteses de aproveitamento do espaço do quarteirão sul que eventualmente não venha a servir directamente como museu, até porque é a existência deste espaço e suas estruturas, em relação com a rua e com outros edifícios fabris, que funciona como um eco-museu,

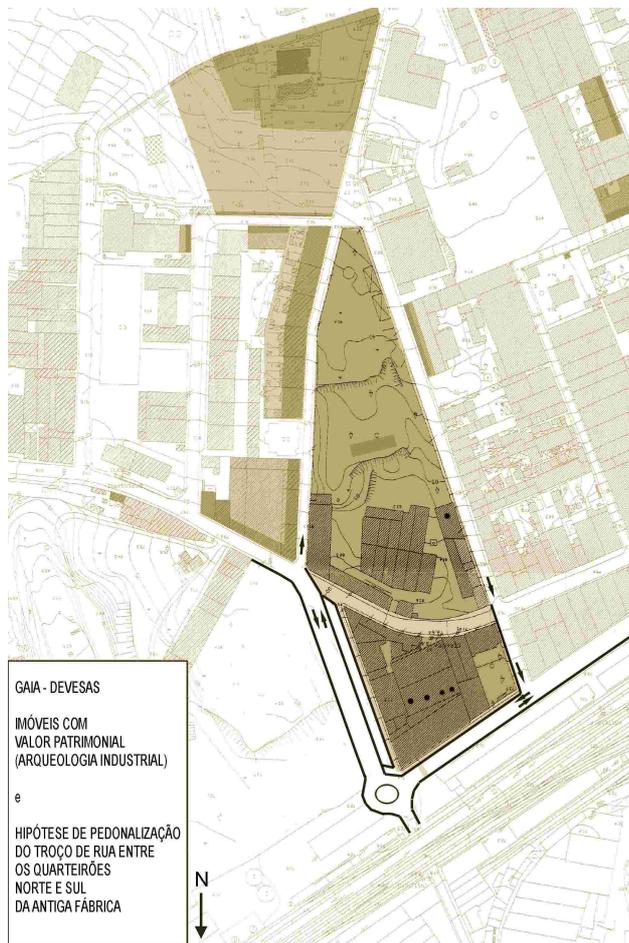


Fig. 58. As duas antigas portarias da fábrica faceiam-se e situam-se numa curva algo apertada (confronte-se com a planta da Fig. 15), pelo que a pedonalização da rua seria importante para restituir unidade aos dois quarteirões se vierem a ter diferentes funções, ao mesmo tempo facilitando os acessos ao futuro museu. Para além desta hipótese genérica que apresentamos, existem outras alternativas para a canalização do tráfego automóvel, que devem ficar definidas quando o destino a dar aos dois quarteirões ficar também definido.

um museu-lugar. A dificuldade do sítio tem de ser entendida como um desafio, ao qual só poderá ser dada resposta cabal se a Câmara Municipal de Gaia, em conjunto com o IGESPAR, optar de forma clara por definir um plano global de salvaguarda e valorização para todo o complexo, mesmo que as expropriações por motivo de utilidade pública possam demorar algum tempo e seja necessário definir etapas, assim como encontrar parcerias com privados (o que pode até evitar as expropriações).

Um jardim urbano para o quarteirão sul, em articulação com um museu a norte, seria a opção "clássica" no urbanismo contemporâneo em vigor e, para muitos adeptos da cultura e dos museus, seria mesmo a ideal. Porém, para além de ser

dispendiosa – uma vez que traz pouco retorno a quem investe na reabilitação e quem fica onerado com a aquisição do quarteirão sul, é também passível de insucesso em termos urbanísticos, se a envolvente continuar com a mesma função residencial pouco qualificada que hoje tem e se o museu demorar muito a ser construído no lado norte. Assim, esta opção de converter o quarteirão sul parcialmente em jardim, deixando intactas as estruturas arquitectónicas da antiga fábrica para usufruto por parte dos visitantes do museu no quarteirão norte ou para usufruto de não visitantes (como parque público), teria de ser complementada com uma requalificação das áreas confinantes a sul e sudoeste (sobretudo), de modo a que este parque não se convertesse num espaço suburbano vazio e inseguro. Mesmo que este jardim ou parque fosse fechado, aberto apenas durante o dia, seria necessário atrair valências para o local, de modo a que este tivesse uma utilização regular e isso impedisse ou minorasse o seu abandono e vandalização. Assim, transformar todo o quarteirão sul do complexo fabril das Devesas em jardim, com as antigas estruturas arquitectónicas fabris visitáveis por qualquer um, só seria admissível no quadro de um projecto mais vasto de requalificação de toda aquela área, partindo do princípio que o museu estaria já constituído no quarteirão norte, de modo a poder tutelar as estruturas e salvaguardar a sua manutenção.

O quarteirão sul do complexo fabril das Devesas poderia servir até mesmo para expor maquinaria vinda de outras antigas fábricas do concelho e da Área Metropolitana, não sendo totalmente descabido pensar-se – à falta de melhor solução – na deslocação para o quarteirão sul das Devesas do inglório projecto para um Museu da Ciência e Indústria, inicialmente destinado às antigas Moagens Harmonia (junto ao Palácio do Freixo).

A própria Misericórdia de Gaia, que trata actualmente de constituir um museu para dar destino honroso ao seu espólio, ficaria bem melhor servida se pudesse ocupar um espaço nas Devesas (uma vez que o seu espólio é maioritariamente cerâmico e originário da fábrica), sendo viável a hipótese de permuta ou mesmo a de co-gestão, desde que se garantisse a condução de todo o projecto por especialistas na história da fábrica, na história das artes industriais e em museologia

industrial.



Fig. 59. No caso da Empresa Industrial de Ermesinde, mesmo estando em ruínas à época da sua aquisição pela autarquia de Valongo e mesmo sendo Ermesinde um subúrbio que nem sequer constituía cabeça de concelho, foi ali instalado um fórum cultural, aproveitando-se a antiga fábrica de cerâmica para galeria de arte, desafogada por um parque ajardinado. Note-se, porém, que a solução adoptada em Ermesinde para intervir no edifício fabril e o espaço envolvente, por si só, não resultaria bem no quartiere sul das Devesas, que – tal como se encontra hoje – não constitui qualquer tipo de centralidade, ao passo que em Ermesinde a recuperação da fábrica serviu para estender e reforçar a centralidade gerada pela estação ferroviária, que era a única valência capaz de constituir um pólo verdadeiramente urbano na localidade, que contrariasse o seu carácter aborrecido de subúrbio. O projecto de recuperação desta antiga fábrica de cerâmica em Ermesinde, que de certo modo é emblemático e merecedor de vários elogios, merece muitos reparos ao nível do enquadramento urbano e do pouco aprofundamento de conhecimentos sobre a estrutura que se interveio. Talvez por ignorância ou por uma visão nada integrada do Urbanismo e do Património, foram demolidos vários edifícios confinantes que contextualizavam a fábrica em Ermesinde, dando lugar a edifícios perfeitamente banais, que desvalorizaram o projecto de recuperação da fábrica.

De Museu da Cerâmica a Museu das Artes Industriais

Apesar de ser solução razoável se pensada de modo integrado com a recuperação da envolvente (e, em concreto, com a recuperação dos outros edifícios ligados à fábrica que não se posicionam dentro dos dois principais quarteirões), esta ideia de um jardim ou pequeno parque urbano com estruturas fabris preservadas, no quarteirão sul das Devesas, em complemento de um museu da cerâmica no quarteirão norte, pode ser uma opção algo redutora, embora seja uma solução melhor que as poucas alternativas que sobram se for aprovada uma urbanização para o quarteirão sul.

De facto, quanto a nós, a ideia de se constituir um museu da cerâmica nas Devesas deve ser alargada para um **museu nacional das artes industriais**, pois foi a produção simultânea de objectos artísticos em várias suportes que impulsionou a Fábrica das Devesas para um sucesso que nenhuma outra fábrica de cerâmica portuguesa alcançou (Fig. 45). Abrindo-se o leque temático do projecto museológico, seria possível obter mais espólio e congregar mais apoios e mais investigação, reduzindo custos e viabilizando de forma mais consistente a criação e manutenção do museu. Por outro lado, existindo já museus de cerâmica em Portugal, mas não existindo ainda um museu das artes industriais, este projecto museológico nas Devesas passaria a ser original e único, ultrapassando facilmente o carácter regional, para se tornar num museu nacional e internacional, no que certamente iria ainda diminuir mais o ónus da sua manutenção, ónus esse que poderá vir a ser elevado se existir uma musealização exclusiva em ambos os quarteirões.

Um museu nacional das artes industriais faz também todo o sentido dentro da necessidade, há muito aceite dentro da Museologia Industrial, de conhecer bem o que se musealiza. De facto, se a Fábrica de Cerâmica das Devesas também produzia cantarias de mármore e objectos em ferro, como poderiam ser devidamente evidenciadas essas facetas no futuro museu das Devesas se a oficina de mármore ficava no Porto e se da fundição só restam vestígios arqueológicos de compreensão muito difícil para leigos?

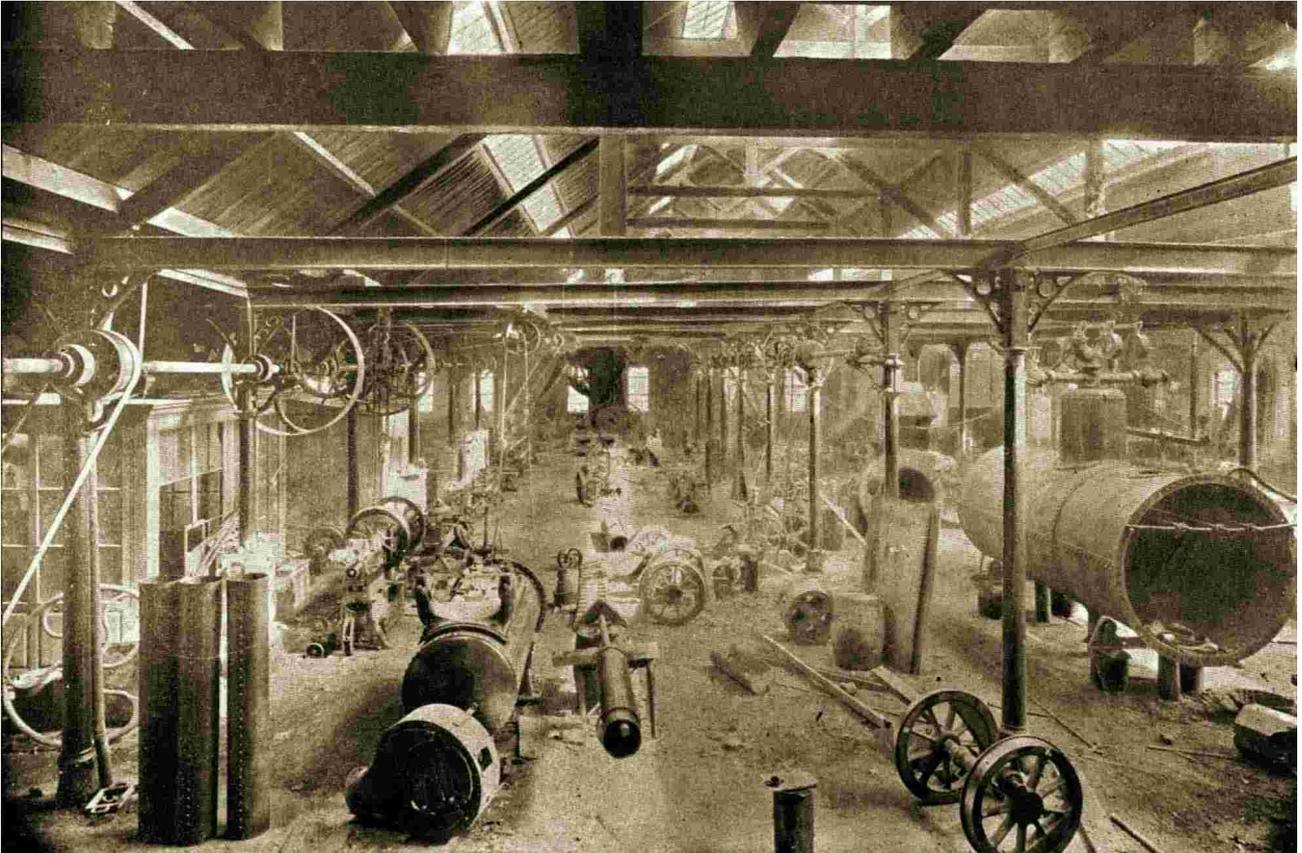


Fig. 60. Aspecto da extinta fundição e serralharia do complexo fabril da Devesas.

Uma outra hipótese interessante para o futuro museu nacional das artes industriais nas Devesas, que minoraria em muito os custos de manutenção, conferindo também uma mais-valia ao futuro espaço museológico, seria a elaboração de um protocolo com alguma oficina de cerâmica, das várias que existem em Gaia (ou até na região de Aveiro), para se instalar no local e fazer uso de várias partes do complexo fabril, de modo a que os visitantes pudessem apreciar alguns aspectos de laboração (um pouco como sucede com o museu da Fábrica Vista Alegre). Com a crescente consciencialização da importância do azulejo oitocentista de fachada, por exemplo, o mercado de produção de azulejo de substituição está a sofrer um grande aumento, que será certamente ainda mais sentido nos próximos anos. As Devesas poderiam dedicar-se a esse nicho de mercado, cumprindo uma dupla função de museu e de indústria activa vocacionada para a reabilitação do Património que a própria fábrica gerou.

Um pouco na continuação daquilo que foi a Fábrica de Cerâmica das Devesas, parte do espaço que este complexo ocupa poderia também albergar

uma instituição de carácter educativo na área da cerâmica e do ferro, ainda que esta ideia não se afigure de fácil implementação. De qualquer modo, estar-se-ia a fomentar o desenvolvimento de capacidades com base no melhor exemplo português de produção nas artes industriais, uma vez que o espólio da própria fábrica não estaria apenas arrumado numa prateleira mas serviria, certamente, de inspiração e modelo, no mínimo, para o restauro de peças oitocentistas.

Lembramos que já existem algumas experiências em Portugal de preservação e mesmo musealização de estruturas fabris cerâmicas, desde as mais ingénuas às mais consistentes. Para além dos casos a que já aludimos, lembramos o da Fábrica de Louça de Sacavém. Mesmo tendo sido demolida toda a fábrica para dar origem a um empreendimento imobiliário de luxo, mesmo tendo sobrado apenas um forno de garrafa e algum espólio documental, mesmo tratando-se de uma zona periférica do concelho de Loures, a autarquia construiu ali um Museu de Cerâmica, cujo interesse é muito elevado, tendo já merecido um prémio internacional.



Fig. 61. Quando resta já muito pouco do que se pretende valorizar, essa valorização pode até resvalar para o excesso. No Museu de Cerâmica de Sacavém, o único forno preservado – que era também a única grande estrutura subsistente da emblemática fábrica – foi de tal forma enfatizado e protegido no projecto de arquitectura que ficou literalmente metido numa redoma de vidro. O próprio edifício do museu muito dificilmente é associado à cerâmica por quem ali passa sem saber do que se trata.



Fig. 62. O Museu da Olaria e do Grés da Bairrada teve projecto arquitectónico apresentado há alguns anos, juntamente com um livro sobre a história da fábrica, o que denota a existência da pesquisa prévia necessária para um bom projecto de musealização. Infelizmente, apesar de já ter sido recuperada a chaminé, o projecto museológico ainda não foi concretizado.

Até uma relativamente pequena fábrica de cerâmica fundada no início do século XIX junto à estação de Oliveira do Bairro tem já projecto para a transformação em Museu da Olaria e do Grés. Ora, esta já referida fábrica de cerâmica, fundada por um filho de Feliciano Rodrigues da Rocha (sócio de António Almeida da Costa), está situada fora do núcleo urbano, em local degradado e é uma cópia inferior – em escala e em qualidade – ao seu modelo, que foi a Fábrica de Cerâmica das Devesas, não possuindo sequer as estruturas que ainda subsistem nas Devesas.

Por conseguinte, é para nós claro que a Fábrica de Cerâmica das Devesas deve ser musealizada, em parte ou totalmente, mas deve sê-lo; e não apenas como museu de cerâmica, mas sim como museu de artes industriais. Se outras autarquias mais pequenas constituíram ou projectaram museus de cerâmica com muito menos estruturas e espólio, seria um erro gravíssimo se o modelo – a Fábrica de Cerâmica das Devesas – não fosse aproveitado e preservado de uma forma ainda mais consistente e assumida.

Outras soluções para o complexo fabril das Devesas

Mais do que fazer o discurso fácil da defesa do património arquitectónico e da sua musealização, é necessário apontar soluções sustentáveis para salvaguarda, sobretudo quando os intervenientes legais se mostram incapazes – por falta de articulação, por falta de conhecimento, por falta de recursos ou por mera inércia burocrática – para assumir as suas responsabilidades. A questão da antiga Fábrica de Cerâmica das Devesas não se restringe, pois, à necessidade de preservar um património histórico, artístico e industrial com carácter único. De facto, a questão principal é como aproveitar o antigo complexo fabril, tendo simultaneamente em conta os ónus decorrentes da musealização, as singulares características arquitectónicas do que ali existe (estruturas, fornos, túneis, cisternas, espólio, etc.), bem como o enorme potencial do local em termos de motor para uma desejada requalificação urbana, como iremos aflorar de seguida.

Note-se que o complexo fabril das Devesas situa-se nos limites do centro histórico de Vila

Nova de Gaia, ao cimo da antiga Calçada das Freiras (cuja extremidade à cota baixa se assumirá dentro de alguns anos como principal pólo cultural do núcleo histórico, embora esteja deficientemente articulado com a vivência do resto da cidade) e junto à estação de caminho de ferro, no eixo viário que desta estação permite aceder à actual Câmara Municipal. Ora, sendo bastante privilegiada a situação do complexo fabril das Devesas, seria interessante destinar a um fim nobre e compatível todas as estruturas arquitectónicas deste complexo que não venham a funcionar como museu no sentido tradicional, mas que apenas sejam mantidas como extensões do referido museu. Assim, apresentamos seguidamente mais algumas ideias que poderão ser úteis para definir um aproveitamento do complexo fabril na parte sul, em alternativa ou como complemento à ideia de um jardim urbano, assinalando algumas das respectivas vantagens e desvantagens, bem como as condições em que tais hipóteses seriam admissíveis.

Pensamos que o aproveitamento do quarteirão sul do complexo fabril das Devesas para futuro centro cívico e novos paços do concelho seria a ideia com mais vantagens para o interesse público e que também poderia transformar a reabilitação do sítio em causa numa obra emblemática com múltiplos impactos benéficos em termos urbanísticos. Por um lado, esta solução dispensava as parcerias com privados e permitiria um projecto único para museu, paços do concelho e centro cívico, com toda a área dos quarteirões destinada à fruição do público. Por outro lado, sabe-se há muito que as instalações da Câmara Municipal são exíguas, estando os serviços centrais hoje dispersos e, alguns, em edifícios pouco funcionais. Ora, as partes do quarteirão sul das Devesas que devam ser preservadas como estruturas musealizadas ao ar livre funcionariam como centro cívico e espaço ajardinado de apoio aos novos paços do concelho. As ruínas dos edifícios existentes seriam recuperadas e reformuladas para conter os vários serviços. São estruturas que se prestam bastante bem a isso, pelos grandes vãos e pela utilização de vigas em ferro, solução que pode ser perfeitamente recriada num estilo contemporâneo evocativo da cerâmica, sempre que o estado de ruína das estruturas o justifique. Uma parte dos edifícios do quarteirão

sul destinados a paços do concelho serviria de anexo ao museu a criar no lado oposto do quarteirão, enquanto que outra parte estaria acessível ao grande público simplesmente porque funcionaria como espaço público e eco-museu. Alguns dos fornos existentes poderiam ser pensados inteligentemente para conter determinadas valências dos serviços autárquicos, dada a sua tipologia. Esta proposta pode ser articulada com o destino a dar a vários terrenos devolutos a nascente do quarteirão norte, que podiam servir como estacionamento do centro cívico e do museu favorecendo simultaneamente o acesso pedonal ao centro histórico (como já hoje sucede de forma improvisada e incipiente).

Realce-se que esta hipótese de aproveitamento do quarteirão sul da Fábrica de Cerâmica das Devesas para os futuros paços do concelho aproximaria - sem efeitos nefastos - o centro cívico de Gaia do seu centro histórico, fomentando o surgimento de serviços no sentido da entrada sul desta zona algo degradada, revitalizando o pólo da estação de caminho de ferro e o acesso pedonal à Ribeira de Gaia por sul.

Esta hipótese de transformar o quarteirão sul do complexo fabril das Devesas em paços do concelho, centro cívico, jardim e eco-museu - como apoio a um futuro museu no quarteirão norte, possui várias outras vantagens. Uma delas é o custo. São mais valiosos os terrenos e edifícios onde hoje a Câmara Municipal de Gaia está instalada do que os do quarteirão sul das Devesas, que é - note-se - um espaço condicionado pelo processo de classificação em curso no IGESPAR. Assim, com uma permuta, a Câmara Municipal de Gaia poderia eventualmente angariar verba suficiente para construir parte dos novos paços do concelho e, simultaneamente, adquirir o quarteirão norte do complexo fabril, destinando-o a museu. Ao optar por esta solução de deslocamento dos paços do concelho e centro cívico, a Câmara Municipal de Gaia estaria simultaneamente a libertar espaço numa zona cativa, no local onde hoje está a Câmara Municipal, junto à principal linha do Metro, incentivando a constituição de uma forte polaridade comercial. E se isso fosse feito, a Rua Conselheiro Veloso da Cruz - servindo de eixo entre o Metro, tribunal e conservatórias, maternidade, Misericórdia, Casa Museu Teixeira Lopes, arquivo histórico, novo Museu Nacional

das Artes Industriais, novos Paços do Concelho, entrada para o centro histórico e estação ferroviária - passaria a ser a espinha dorsal dos serviços da cidade, complementando a espinha dorsal de carácter comercial que é já hoje a Avenida da República.

Para além de tudo isto, existe um importante cariz simbólico nesta hipótese de aproveitamento do quarteirão sul das Devesas para paços do concelho. A Fábrica de Cerâmica das Devesas foi a mãe de todas as fábricas de cerâmica modernas no norte de Portugal. Ora, se Gaia é considerada terra da cerâmica, faz todo o sentido aproveitar para paços do concelho uma parte do que resta desta fábrica-mãe – seria realçar a própria identidade de uma região e de um concelho.

Note-se que a Fábrica de Cerâmica de Jerónimo Pereira Campos & Filhos, em Aveiro, mesmo sendo cópia em menor escala, com menos história e com menor qualidade estética e menos atributos patrimoniais que a Fábrica de Cerâmica das Devesas, foi recuperada pela respectiva autarquia para paços do concelho de uma cidade que, justamente, tem também procurado valorizar o seu património azulejar do século XIX e início do século XX.

Mais recentemente, uma outra fábrica profundamente identitária recebeu os novos paços do concelho. Referimo-nos à Fábrica de Lanifícios de Portalegre, que fora também colégio jesuíta. É claro que no caso de Portalegre, assim como no de Aveiro, o aproveitamento de fábricas emblemáticas para novos paços do concelho acarreta perdas significativas a montante, dado que os serviços camarários abandonaram os respectivos centros históricos, incrementando o seu esvaziamento de serviços e de pessoas. Ora, no caso de Vila Nova de Gaia, o aproveitamento do quarteirão sul da Fábrica de Cerâmica das Devesas para paços do concelho teria precisamente o efeito inverso, já que ocorreria uma aproximação ao centro histórico, pelo que os efeitos colaterais seriam benéficos.

Conforme já demonstrámos em outro trabalho (QUEIROZ/Domingues, 2008), a musealização da Fábrica de Cerâmica das Devesas, sobretudo se associada ao novo centro cívico, poderá ser peça fundamental para estabelecer um equilíbrio no centro histórico de Vila Nova de Gaia, de modo a não hipertrofiar a vivência turística do

espaço da margem do rio, em contraste com largas áreas de edifícios com função de armazém, pouco definidas e pouco vivenciadas.

Na periferia do centro histórico existe quase uma cintura de pontos de interesse turístico-cultural, que devem ser reabilitados para que esse centro histórico se articule de forma mais harmoniosa, uma vez que é bastante grande em área e não se dispõe de forma radial. Tais características, a juntar a outras mais singulares que não podemos aqui esmiuçar, dificultam a articulação de percursos, sobretudo já não existindo ligações fluviais correntes com a outra margem. Como consequência, afunila-se o trânsito de veículos e de pessoas para determinadas zonas, que ficam quase saturadas em certos períodos do ano, enquanto outras estão ao abandono. Uma das formas de contrariar essa tendência é delimitar o centro histórico de modo a usar o património industrial cerâmico como recurso de reabilitação integrada, desde que o referido património estivesse, ele próprio, reabilitado.

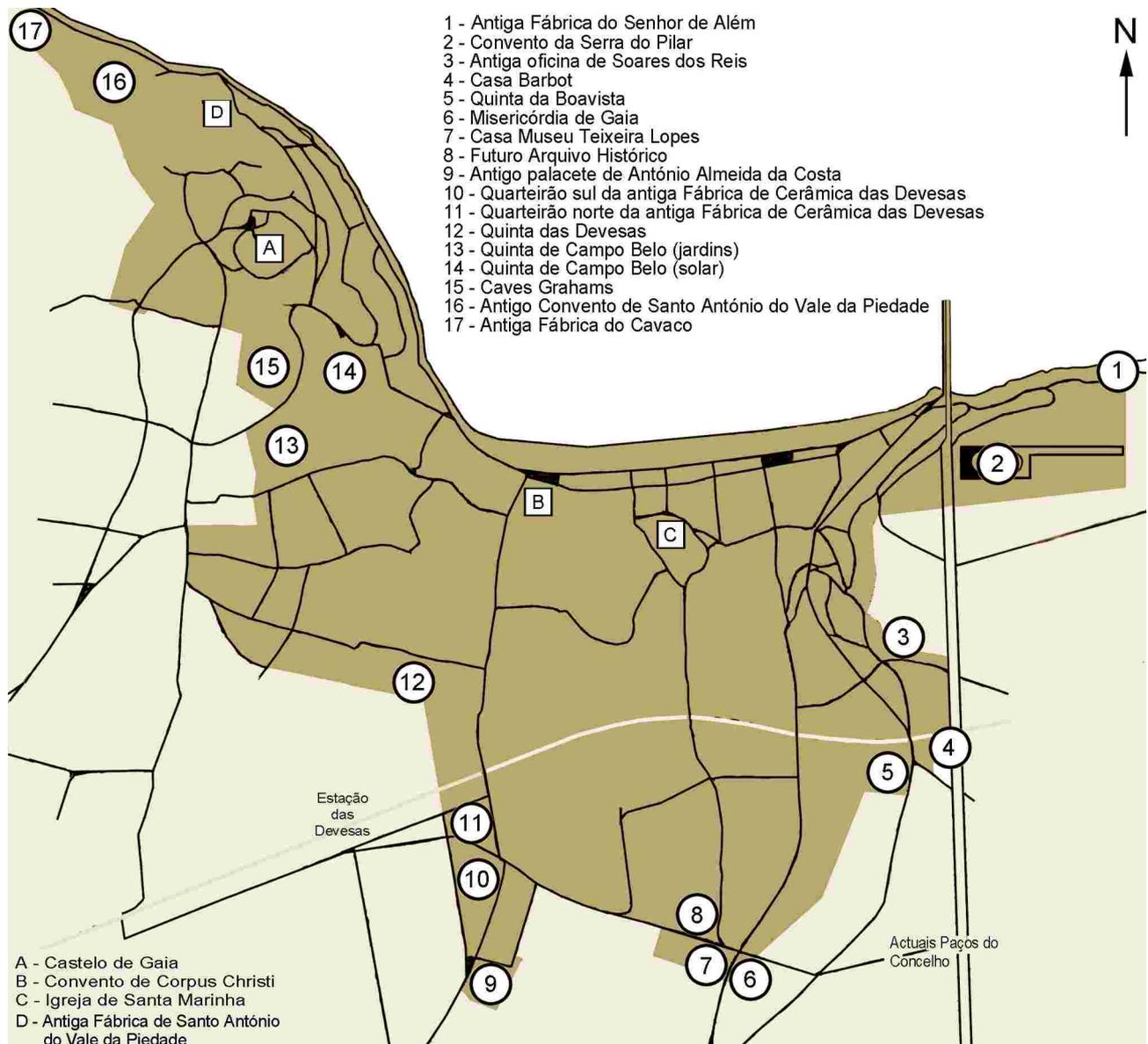
Constituindo-se um museu nas Devesas, e caso a hipótese dos novos paços do concelho não avançasse, o espaço dos antigos armazéns fabris do quarteirão sul poderia também ser cedido a privados, mediante certas condições. Lembramos a hipótese de cedência para armazém de vinhos, desde que houvesse compromisso de preservação das antigas estruturas da fábrica e desde que este armazém de vinhos servisse sobretudo para funções turísticas, em articulação com o museu. Poderá ser lançada esta ideia a empresas privadas que já são hoje parceiras da Câmara Municipal de Gaia na recuperação do centro histórico, ideia essa que reúne a dupla vantagem de juntar duas valências turísticas que se enriquecem mutuamente em termos de utilização e de número de visitantes, bem como de ser também uma hipótese pouco dispendiosa para a Câmara Municipal de Gaia. Por outro lado, sendo o complexo fabril das Devesas a origem de um tipo de produção artística específica da arquitectura portuguesa de uma época concreta, a inclusão da antiga Fábrica de Cerâmica das Devesas na área que a Câmara Municipal de Gaia pretende propor à UNESCO para classificação como Património a Humanidade será uma mais-valia. De facto, cremos que este centro histórico só possui dois aspectos patrimoniais arquitectónicos que são claramente singulares e excepcionais

a nível internacional: o conjunto dos armazéns ligados maioritariamente ao Vinho do Porto, que é único no mundo, e o conjunto das suas antigas fábricas de cerâmica, em especial a Fábrica de Cerâmica das Devesas (para além das pontes de ferro, que "pertencem" a ambas as margens). Contudo, para que o património fabril cerâmico de Vila Nova de Gaia seja devidamente valorizado neste contexto, é necessário repensar os limites do centro histórico, que têm vindo a ser encurtados a um ponto em que os principais pontos de interesse da cidade ficarão como ilhas no meio do betão. A Fábrica de Cerâmica das Devesas, mesmo musealizada, corre também esse risco, quer no

extremo sul, por detrás do palacete do fundador e a poente do mesmo, quer em quase toda a parte nascente dos dois quarteirões principais.

Ideias melhores do que a mera habitação para o quarteirão sul do complexo fabril das Devesas podem passar ainda por vários outros equipamentos que não destruam as estruturas preexistentes mais importantes e se adequem aos edifícios ainda de pé. Não cremos que fosse de excluir hipóteses à primeira vista disparatadas ou difíceis de equacionar, como o tão desejado (por alguns) casino de Gaia, ou mesmo uma clínica privada, sendo que sabemos já ter havido movimentações de privados nesse sentido. É claro

Fig. 63. Localização do complexo fabril das Devesas na área que deveria constituir o centro histórico de Vila Nova de Gaia (adaptado de QUEIROZ/Domingues, 2008).



que o ideal seria um aproveitamento turístico, cultural, cívico ou de lazer no quarteirão sul da antiga Fábrica de Cerâmica das Devesas, para tornar mais consistente a necessidade de um museu no quarteirão norte. Se toda a zona envolvente da antiga fábrica for requalificada, um hotel de charme, restaurantes ou outros serviços equiparáveis seriam também hipóteses viáveis de aproveitamento e valorização, não só para o quarteirão sul, mas também para parte do quarteirão norte, tendo em conta a vista panorâmica sobre o Porto antigo, bem como a proximidade às caves e à estação de caminho de ferro. Ainda assim, no caso do quarteirão norte, estas deverão constituir apenas hipóteses de recurso, no caso de ser necessário parcerias para financiar o museu.

Conclusão

O quarteirão sul da antiga Fábrica de Cerâmica das Devesas poderá servir para muitas funções, desde que sejam respeitados vários pressupostos (já enunciados), pressupostos esses que não são tão limitadores como podem parecer. Tendo noção do tipo de equipamentos que necessita ou que lhe interesse promover, a Câmara Municipal de Gaia poderá decidir da melhor forma, embora seja sempre conveniente ouvir pareceres externos e aguardar por uma mais detalhada avaliação do potencial do local, através de mais algumas escavações arqueológicas, que devem ser efectuadas no quarteirão sul o mais rapidamente possível, uma vez que encontra-se ameaçado por uma urbanização.

Por conseguinte, julgamos que devem ser tomadas as seguintes medidas:

- Direcção de todo o processo no sentido do aprofundamento do estudo do quarteirão sul, nomeadamente através da continuação das sondagens e escavações arqueológicas em algumas zonas não inicialmente contempladas, como a entrada do túnel sob a Rua Conselheiro Veloso da Cruz. Com estas escavações arqueológicas, saber-se-á onde pode ser admitida nova construção e novas fundações. Só depois será sensata a elaboração de um projecto definitivo de arquitectura para o local, de modo a que não sejam cometidos erros irreparáveis.

- Inventariação sumária das peças encontra-

das nas sondagens arqueológicas já realizadas e a realizar no quarteirão sul e seu acondicionamento, o que não tem sido feito de forma devida.

- Inventariação do espólio do quarteirão norte e seu acondicionamento, depois de obtido o acordo dos proprietários, até que haja uma solução definitiva para os dois quarteirões.

- Definição de um plano de salvaguarda para todo o complexo fabril, plano esse que – segundo a lei – há muito que já devia existir (artigos 53 e 54 da Subsecção II - Secção III. Bens Imóveis do Capítulo II, Lei n.º 107/2001). Nesse plano, a definição do uso a dar aos vários edifícios permitiria finalmente definir que tipo de intervenção poderia ser admissível no quarteirão sul, facilitando a articulação entre as duas grandes partes do antigo complexo fabril, mesmo que os edifícios e quarteirões venham a ter fins diferentes.

O princípio da precaução – tratando-se de um núcleo fabril importantíssimo ainda não devidamente estudado e que virá certamente a revelar muitas surpresas – e o princípio da preservação de um Património que é a coroa da Arqueologia Industrial em Vila Nova de Gaia, devem ser respeitados antes de qualquer decisão quanto ao destino a dar ao quarteirão sul da Fábrica de Cerâmica das Devesas, decisão essa que terá de ter sempre em conta o destino a dar ao quarteirão norte e à própria envolvente do bairro operário, palacete, etc.

Assim, antes de tudo, é necessário não deixar danificar ainda mais o que lá existe, conhecer melhor o que está escondido debaixo do solo e cativar/adquirir os terrenos com base numa ideia concreta para o sítio, sempre com o propósito de salvaguardar este Património para os vindouros, aliando o útil ao prático e dando uma nova utilização àquilo que hoje são edifícios abandonados do antigo complexo e que, por algum motivo, não poderão integrar o futuro museu, sem caracterizar as estruturas mais importantes e as fachadas. Tudo isso é hoje possível com um pouco de engenho e boa vontade, pois existe já a massa crítica.

O complexo fabril das Devesas merece bem melhor do que o projecto que está previsto para o quarteirão sul e a Câmara Municipal de Gaia e o IGESPAR deveriam saber aproveitar o enorme potencial ali existente, eventualmente chamando

entidades privadas a parcerias que se provejam proveitosas para todos os lados, o que não será difícil de atingir, dado o local e as características do edificado.

Notas

¹ Todas as fotografias incluídas neste artigo são da autoria dos seus autores. Para além dos agradecimentos mencionados nas notas seguintes, expressamos também a nossa gratidão ao Museu de Cerâmica de Sacavém (Dra. Conceição Seródio), à Companhia de Cerâmica das Devesas e ao IGESPAR, pelas facilidades concedidas. Agradecemos ainda ao Dr. Francisco Barbosa da Costa.

² Toda a componente histórica deste artigo foi baseada na tese de mestrado da co-autora Ana Margarida Portela Domingues, citada no elenco bibliográfico. Na referida dissertação podem ser encontrados mais detalhes e as respectivas referências a fontes documentais primárias.

³ Rodrigues, Alice Godinho, "Associação Bombeiros Voluntários da Pampilhosa". [em linha] Disponível na Internet via www.cm-mealhada.pt/imprime.php?id=384&parcat=60&par=44&acao=mostra.php&id_p=60.

⁴ Companhia Cerâmica das Devesas. Relatório, balanço e contas da administração e parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício findo em 30 de Junho de 1923. Porto: Tipografia Barros & Costa. Agradecemos esta referência a Graciano Barbosa.

⁵ IGESPAR, Processo n.º 85/3(70A), *Proposta de classificação do conjunto da Fábrica das Devesas, em Vila Nova de Gaia*.

⁶ MENDONÇA PRADA, "Na antiga Fábrica de Cerâmica das Devesas ficará o Museu de Cerâmica", *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 20 de Outubro de 1984: 10.

⁷ MENDONÇA PRADA, "Da nossa actual laboração dependem 60 postos de trabalho", *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 3 de Novembro de 1984: 11.

⁸ IGESPAR, Processo n.º 85/3(70A), *Proposta de classificação do conjunto da Fábrica das Devesas, em Vila Nova de Gaia*.

⁹ IGESPAR, Processo n.º 85/3(70A), *Proposta de classificação do conjunto da Fábrica das Devesas, em Vila Nova de Gaia*.

¹⁰ IGESPAR, Processo n.º 85/3(70A), *Proposta de classificação do conjunto da Fábrica das Devesas, em Vila Nova de Gaia*.

¹¹ MENDONÇA PRADA, "«Cerâmica» das Devesas condenada à ruína?", *O Comércio do Porto*, Porto, 18 de Abril de 1988: 10.

¹² IGESPAR, Processo n.º 85/3(70A), *Proposta de classificação do conjunto da Fábrica das Devesas, em Vila Nova de Gaia*.

¹³ MENDONÇA PRADA, "Fábrica de Cerâmica das Devesas ainda espera ser museu", *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 22 de Fevereiro de 1990: 8.

¹⁴ Projecto de Lei n.º 604/V de 1990.

¹⁵ IGESPAR, Processo n.º 85/3(70A), *Proposta de classificação do conjunto da Fábrica das Devesas, em Vila Nova de Gaia*.

¹⁶ IGESPAR, Processo n.º 85/3(70A), *Proposta de classificação do conjunto da Fábrica das Devesas, em Vila Nova de Gaia*.

¹⁷ IGESPAR, Processo n.º 85/3(70A), *Proposta de classificação do conjunto da Fábrica das Devesas, em Vila Nova de Gaia*.

¹⁸ [em linha] Disponível na Internet via www.millenniumbcp.pt/multimedia/archive/00361/firstfeed1078_361597a.pdf

¹⁹ IGESPAR, Processo de classificação do conjunto da Fábrica das Devesas, em Vila Nova de Gaia, n.º DPA-90/25-17(1), DRP-4174.

²⁰ Agradecemos ao Doutor José Manuel Lopes Cordeiro pelas preciosas indicações que deu a este respeito.

²¹ Em artigo na imprensa, referem-se "informações que fazem suspeitar da isenção da empresa de arqueologia, que terá ligações próximas à empresa construtora, colocando-se o risco de que sejam apresentadas informações feridas pelos interesses imobiliários". *O Comércio do Porto*, Porto, 21 de Setembro de 2003: 9.

²² O próprio Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto enviou um ofício ao IPPAR, com a data de 12 de Março, manifestando a sua posição em favor da continuação das sondagens arqueológicas e chamando a atenção para o facto de qualquer decisão relativa ao destino a dar ao complexo fabril das Devesas ter de ser devidamente fundamentada, havendo sempre em vista a sua preservação e musealização, dado o seu elevadíssimo valor patrimonial.

²³ *Diário de Notícias*, Lisboa, 29 de Junho de 2003: 34-35.

²⁴ *Idem*.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ IGESPAR, Processo de classificação do conjunto da Fábrica das Devesas, em Vila Nova de Gaia, n.º DPA-90/25-17(1), DRP-4174.

²⁷ Agradecemos ao GEDEPA, em especial a Mário Rui Cunha, pela disponibilidade.

Fontes e referências bibliográficas

Fontes manuscritas:

IGESPAR, Processo de classificação do conjunto da Fábrica das Devesas, em Vila Nova de Gaia: Proc. n.º 85/3(70A); Proc. n.º DPA-90/25-17(1), DRP-4174.

Companhia Cerâmica das Devesas. Relatório, balanço e contas da administração e parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício findo em 30 de Junho de 1923. Porto: Tipografia Barros & Costa.

Bibliografia

DOMINGUES, Ana Margarida Portela (2003), *António Almeida da Costa e a Fábrica de Cerâmica das Devesas. Antecedentes, fundação e maturação de um complexo de artes industriais (1858-1888)*. Dicteração de Mestrado em História da Arte em Portugal, apresentada à Faculdade de Letras do Porto (2 volumes policopiados).

DOMINGUES, Ana Margarida Portela (2003a), "Os resultados das sondagens arqueológicas realizadas em finais de 2002 no quarteirão sul do antigo complexo fabril cerâmico das Devesas", *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, V. N. Gaia, 9º vol., 56: 51-54.

DOMINGUES, Ana Margarida Portela (2003b), "O atribulado processo de classificação do antigo complexo fabril cerâmico das Devesas", *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, V. N. Gaia, 9º vol., 56: 64-66.

DOMINGUES, Ana Margarida Portela (2004), "António Almeida da Costa e as artes industriais no século XIX", *Actas do II Congresso Internacional de História da Arte*, Porto. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: 287-299.

DOMINGUES, Ana Margarida Portela (2005), "A Fábrica de Cerâmica das Devesas – entre a Arte e a Indústria", *Fabrikart*, Bilbao: 92-101.

DOMINGUES, Ana Margarida Portela (2007), "A Fábrica de Cerâmica das Devesas – percurso biográfico dos seus principais artistas", *Artistas e Artífices e sua Mobilidade no mundo de expressão portuguesa - Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 41-48.

QUEIROZ, José Francisco Ferreira (2000), "Devesas: de complexo fabril bem sucedido a património industrial em risco", *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP: 323-335.

QUEIROZ, José Francisco Ferreira (2003), "O núcleo histórico de Vila Nova de Gaia: estratégias de delimitação e de reabilitação no contexto de uma candidatura a Património da Humanidade", *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, V. N. Gaia, 9º vol., 56: 28-38.

QUEIROZ, José Francisco Ferreira (2003a), "O aproveitamento urbanístico dos quarteirões norte e sul da antiga Fábrica de Cerâmica das Devesas",

Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia, V. N. Gaia, 9º vol., 56: 57-63.

QUEIROZ, José Francisco Ferreira / DOMINGUES, Ana Margarida Portela (2001), "A Cerâmica das Devesas: um notável complexo fabril oitocentista", *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, V. N. Gaia, 8º vol., 52: 61-70.

QUEIROZ, José Francisco Ferreira / Domingues, Ana Margarida Portela (2008), *Conservação Urbana e Territorial Integrada. Reflexões sobre salvaguarda, reabilitação e gestão de centros históricos em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

ABSTRACT: *Despite of suffering serious risks of obliteration, the Fábrica de Cerâmica das Devesas still stands as the most important industrial heritage in Vila Nova de Gaia. In this paper, based on an historical overview of the industrial compound of Devesas, its high national and international significance becomes demonstrated. The complex classification process is also commented. Finally, the conservation potential of the industrial compound is examined, in consonance with the historical centre of Vila Nova de Gaia and similar architectonic structures still existing in the area.*

KEYWORDS: *Fábrica de Cerâmica das Devesas; Industrial Heritage; Ceramics; Iron foundry; Industrial Arts; 19th century; Integrated Conservation; historical center of Vila Nova de Gaia.*

RÉSUMÉ: *Malgré les risques sérieux d'oblitération, la Fábrica de Cerâmica das Devesas reste comme le plus important patrimoine industriel a Vila Nova de Gaia. Dans cet article, fondé sur un résumé historique du conglomérat industriel de Devesas, sa valeur nationale et internationale devient démontrée. Le complexe procès de classification est aussi commenté. Finalement, le potentiel de conservation du conglomérat industriel est examiné, en articulation avec le centre historique de Vila Nova de Gaia et les structures architectoniques similaires que subsistent encore dans l'entourage.*

MOTS-CLÉS: *Fábrica de Cerâmica das Devesas; Patrimoine Industriel; Céramique; Fonte de fer; Arts appliqués; 19ème siècle; Conservation Intégré; centre historique de Vila Nova de Gaia.*